

PORTARIA Nº 7.531, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

Nomeia Pregoeira e Comissão de Apoio à Licitação para execução de Pregão nas formas Presencial e Eletrônico.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a servidora **Roselia Kriger Becker Pagani** para exercer a função de **PREGOEIRA** do Município de Capanema, a fim de contratar bens e/ou serviços na Modalidade Pregão nas formas Presencial e Eletrônico, para o período de 01/01/2020 a 31/12/2020.

Art. 2º Nomear **Valdeci Alves dos Santos, Caroline Pilati, Jeandra Wilmsen,** para exercer a função de **Apoio à Licitação** do Município de Capanema, a fim de auxiliar nas licitações para contratação de bens e/ou serviços na Modalidade Pregão nas formas Presencial e Eletrônico.

Art. 3° A presente portaria entrará em vigor na data de 01/01/2020, ficando nessa data revogada a Portaria n° **7.280, DE 07/12/2018**.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, aos nove dias do mês de dezembro de 2018.

Américo Bellé Prefeito Municipal

Pub. Jornal: Diction Caracas Deta: 13019
Pedicto 1303 Pégina: 4

PORTARIA Nº 7.654, DE 19 DE JUNHO DE 2020.

Altera composição da equipe de Apoio à Licitação para execução de Pregão nas modalidades Presencial e Eletrônico.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Designa a servidora pública Andrea Marize Weschenfelder Paeze para desempenhar a função de Apoio à Licitação do Município de Capanema na contratação de bens e serviços na modalidade Pregão Presencial e Eletrônico, em substituição ao integrante Valdeci Alves dos Santos, nomeada pela Portaria nº 7.531/2019.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, aos 19 dias do mês de junho de 2020.

Américo Bellé \
Prefeito Municipal



00000

Capanema - PR, 09 de dezembro de 2020

Assunto: Pregão Eletrônico

DE: Jonas Welter PARA: Americo Bellé

Senhor Prefeito:

Pelo presente solicitamos a Vossa Excelência a competente Autorização para AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA, DESTINADA À LAVAGEM DA ROUPARIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR..

O valor máximo para o item foi definido através do menor preço obtido entre três orçamentos solicitados pela Administração a empresas distintas, que seguem em anexo ao Termo de Referência.

O custo total máximo estimado para esta aquisição é de R\$ 9.714,00(Nove Mil, Setecentos e Quatorze Reais).

Respeitosamente,

Jonas Welter Secretário Municipal de Saúde



TERMO DE REFERÊNCIA

1. ORGÃO INTERESSADO

1.1. Secretaria Municipal de Saúde

2.OBJETO:

2.1. AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA, DESTINADA À LAVAGEM DA ROUPARIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR.. objeto, para aquisição parcelada, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme necessidade deste Secretaria, observadas as características e demais condições definidas neste edital e seus anexos.

3. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

3.1. Jonas Welter

4. JUSTIFICATIVA PARA A AQUISIÇÃO.

- 4.1 Considerando o Manual de Lavagem Hospitalar, do Ministério da Saúde, que serve de guia aos administradores e usuários da área de saúde, o qual ressalta que a lavanderia hospitalar é um dos serviços de apoio ao atendimento dos pacientes, responsável pelo processamento da roupa e sua distribuição em perfeitas condições de higiene e conservação, pois a eficácia de seu funcionamento reflete especialmente nos seguintes aspectos:
 - Controle das infecções;
 - Recuperação, conforto e segurança do paciente;
 - Facilidade, segurança e conforto da equipe de trabalho;
 - Racionalização de tempo e material;
 - Redução dos custos operacionais.
- 4.2. É dever do gestor proporcionais aos profissionais de saúde e aos pacientes usuarios do Sistema Único de Saúde SUS, condições de trabalho minimizando ao máximo en siscos de contaminação por agentes causadores de doenças.
- 4.3. A aquisição de máquinas de lavar roupa se faz necessária, considerando que as Unidades de Saúde das localidades de Cristo Rei, Duas Barras, Alto Faraday, São Luiz e dos bairros Santa Cruz e São José Operário, não possuem máquina de lavar roupa, sendo levadas para lavagem na Unidade de Saúde Central.
- 4.4. Ocorre que a rouparia utilizada nestas Unidades de Saúde é transportada à Unidade de Saúde Central para ser lavada, em veículos inapropriados para este tipo de transporte, juntamente com os profissionais de saúde que se deslocam às comunidades para realizar o atendimento à população local, gerando alto risce de contaminação, visto que no mesmo veículo são transportados medicamentos e vacinas.
 - 4.5. Esse pregão foi realizado com o nº 94/2020 e ficou DESERTO.





4.5. Os valores máximos de cada item foram definidos através dos menores preços obtidos entre três orçamentos solicitados pela Administração a empresas distintas, que seguem em anexo a este Termo de Referência.

5.DEFINICÃO E QUANTIDADE DO OBJETO:

ITEM: 1 - ITEM 001						
Item	Código do produto/ serviço	Nome do produto/serviço	Quant idade	Unidad e	Preço máximo	Preço máximo total
1	58743	MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	6,00	UN	1.619,00	9.714,00
ТОТА	TOTAL					

6.CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E DE ENTREGA DO OBJETO

- 6.1. A empresa vencedora do certame deverá entregar os objetos/prestar os serviços solicitados em até 20 (vinte) dias úteis após a solicitação formal do Departamento de Compras do Município de Capanema, a qual somente poderá ocorrer posteriormente à elaboração de requerimento de compra/prestação de serviços pela Secretaria Municipal solicitante, nos termos do subitem seguinte.
- 6.2. O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter informações:
 - a) identificação da Secretaria Municipal solicitante;
 - b) descrição dos objetos/serviços a serem adquiridos/prestados;
 - c) local onde serão entregues/prestados os objetos/serviços;
 - d) prazo para entrega/prestação dos objetos/serviços;
 - e) quantidade, medidas e especificações dos objetos/serviços, quando for o caso;
 - f) justificativa da quantidade requisitada e a necessidade da aquisição/dos serviços;
 - g) assinatura da(o) Secretária(o) Municipal solicitante.
- 6.3. O requerimento deverá ser enviado ao Departamento de Compras do Município que verificará a possibilidade da aquisição e encaminhará o respectivo pedido à empresa vencedora do certame, juntamente com a respectiva nota de empenho.
- 6.4. A empresa licitante <u>deve negar o fornecimento dos objetos/prestação dos serviços</u> caso estes sejam solicitados sem a elaboração do requerimento e as informações previstas no subitem 4.2.
- 6.4.1. A recusa fundamentada neste subitem não gera responsabilidade ou penalização para a empresa vencedora do certame.



- 6.5. O não cumprimento do disposto neste item enseja a **nulidade da contratação** e a possibilidade de responsabilização dos envolvidos por improbidade administrativa.
- 6.6. O fornecimento de objetos/prestação dos serviços pela empresa vencedora do certame sem o prévio recebimento do requerimento a que alude o subitem 6.2 configura a concorrência da empresa para a nulidade do ato, configurando a má-fé da contratação, possibilitando a anulação de eventual nota de empenho emitida e o não pagamento, sem prejuízo da adoção das medidas cabíveis para aplicação das penalidades previstas na Lei 12.846/2013.
- 6.7. As solicitações deverão ser carimbadas e assinadas pela comissão de recebimento, para fins de recebimento definitivo do objeto/serviço.
- 6.8.As solicitações provenientes da Secretaria participante da Ata de Registro de Preços, após o recebimento definitivo dos bens, **deverão ser digitalizadas, incluídas no sistema disponível e armazenados em arquivo próprio** no Controle Interno ou no Departamento de Compras do Município ou na própria Secretaria solicitante

7. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses.

8. GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços será acompanhada, controlada, fiscalizada, gerenciada e avaliada por Otávio Fonseca Galiazi.

9. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

9.1. Havendo qualquer discordância entre a descrição ou unidade de medida do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante do Edital e nesse termo de referência.

Capanema, 09 de dezembro de 2020

Jonas Welter
Secretário Municipal de Saúde



QRCAMENTO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA, DESTINADA À LAVAGEM DA ROUPARIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

Prazo de início dos trabalhos: 20 dias após a solicitação da secretaria responsável.

PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS APÓS ENTREGA DA NOTA FISCAL.

VALIDADE: 12 MESES.

ITEM	PRODUTO	UN.	QYDE.	MENOR PRECO DOS ORCAMENTOS.	TOTAL
1	58743 - MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UM	6	1.619,00	9.714,00
	TOTAL GERAL		R\$ 9.714,00		





ORCAMENTO

Razão Social:	MICHAELLI B. B. ZANDOMENICO & CIA LTDA			
CNPJ:	Q 5.995.644/0001-24	Município: CAPANEMA PR		
Endereço:	AVENIDA INDEPENDÊNCIA, 1143, CENTRO			
Telefone:	(46) 3552 2902			
	1	1		
Forma de Pagamento:	À Vista	1		
Contract of the contract of th		- December 1 and the December 2 and the Control of		

Prefeitura Municipal de Capanema - CNPJ: 75.972.760/0001-60

Item Descrição dos Produtos Unidade Quantidade Especificações (marca) Valor Unitário Valor Total

O1 Máquina de lavar roupas 9kg Consul CWB09 6 6 9KG Consul R\$ 1.619,00 R\$ 9.714,0

Local e Data: CAPANEMA, 02/12/2020

Assinatura do Responsável Nicon dra fanduotto

Carimbo com CNPJ da Empresa

05.005.644/0001-24

GCIALTDA CAICOMÉNICO

Av Indopendonci 1124 - centro 85769-000 - Capanema - Paranta





Comércio de Móveis e Equipamentos Ltda.

FONE (46) 3536-6378 - E-mail: anamichele@hotmail.com

Prefeitura Municipal de Capanema/PR

Diante da solicitação, emitimos o presente

ORCAMENTO

PRODUTO máquina de lavar roupas, tipo automática, cor branca, capacidade mínima de 8,5kg de roupas menos de 3 de lavagem rápida, turbo, 2 enxagues, centrifugação, dispensor de 3 de lavagem rápida, turbo, 2 enxagues, centrifugação, dispensor de 3 de lavagem rápida, turbo, 2 enxagues, centrifugação, dispensor de 10 de lavagem rápida, turbo, 2 enxagues, centrifugação, dispensor de 10 de lavagem rápida, turbo, 2 enxagues, centrifugação, dispensor de 10 de lavagem rápida, turbo, 2 enxagues, centrifugação, dispensor de 10	R\$ UNIT
funções de lavagem rápida, turbo, 2 enxagues, centrifugação, dispenser para sabão, lavagem menos de 3 níveis de água, cesto em polipropileno especial, classificação de eficiência energianos, garantia mínima de 12 meses, ELECTROLUX LTD9E	, con 1.840,00 n pelo ética,

Os itens cotados apresentam valores unitários.

A presente proposta é válida por 30 (trinta) días.

Dois Vizinhos, 07 de outubro de 2020.

At.te

RUA PHIDENTE DE NORAIS, 866 CENTRO - CEP 85620-069 CENTRO - CEP 85620-069 CENTRO - CEP 85620-069



apoiolícitacao@capanema.pr.gov.br



De:

Santolin Móveis <santolin.moveis@hetmail.com>

Enviado em:

quarta-feira, 7 de outubro de 2020 13:24

Para: Assunta: apoidicitacao@capanema.pr.gov.br RE: ORÇAMENTO DE MÁQUINAS DE LAVAR

Anexos:

Capanoma 04.2020.pdf

Boa tarde.

ençaminho o orçamento solicitado.

At.te

Ana Michele Santolin

Centro Oeste Com. Mov. Equip. Ltda. 46 3536 6378

De: apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br <apoiolicitacao@capanema.pr.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 5 de outubro de 2020 14:39 Para: 'Ana Michele Santolin' <anamichele@hotmail.com>

Assunto: ORÇAMENTO DE MÁQUINAS DE LAVAR

BOA TARDE, SOLICITO ORÇAMENTO DE MÁQUINAS DE LAVAR CONFORME DESCRIÇÃO EM ANEXO. NECESSITO QUE ME DEVOLVA CARIMBADO E ASSINADO O MAIS BREVE POSSIVEL. FAVOR CONFIRMAR O RECEBIMENTO.

JEANDRA

SETOR DE LICITAÇÕES — (46) 3552-1321 MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR





Relatório de Cotação: cotação rápida 1425

Pesquisa realizada entre 03/12/2020 14:49:13 e 03/12/2020 14:48:46

Relatório gerado no día 03/12/2020 14:54:38 (IP: 187.60.213.238)

Item 1: máquina lavadora

PREÇOS 4	OS QUANTIDADE PREÇO ESTIMADO 1 R\$ 1.687,97 (un)		TOTAL R\$ 1.687,97	
Preço Compras Governamentais	Órgão Público	identificação	Data Lioitação	Preço
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBE	NºPregão:532020 UASG:987471	01/10/2020	R\$ 1.687,97
Valor Unitário				R \$ 1.687,97
		Média dos Preços	: Obtides: R\$	DANGER SHEET

Valor Global:

R\$ 1.687,97

Detalhamento dos Itens

Item 1: maquina lavadora

Preço Estimado: R\$ 1.687,97 (un)

Média dos Preços Obtidos: R\$ 1.687.97

Quantidade

Descrição

Observação

\$ 1.687,97

Unidade

lavadora de roupa automática, lava, enxágua, centrifuga, capacidade mínima 10 kg de roupa seca, abertura superior com tampa tr ansparente, dispenser automático para sabão em pó, alvejante e amaciante, mínimo de duas opções de nível de água. gonatia mínima do fornecedor 12 meses.

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Finais

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBE

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento, de forma parcelada, de equipamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de

Educação..

Descrição: MÁQUINA LAVAR ROUPA - Maquina de lavar roupa com capacidade de no

mínimo 10kg. Classificação Enérgica Classe A. Voltagem de 110V, Dispenser. Eliminação de fiapos. Centrifugação com no mínimo de 750rpm. Com tampa de

vidro para visualização do processo de lavagem. Programas de Lavagem.

Certificação do INMETRO. Garantia de 12 meses.

Data: 01/10/2020 13:30

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: NºPregão:532020/

UASG:987471

Lote/Item: /16

Ata: Link Ata

Adjudicação: 08/10/2020 13:36 Homologação: 08/10/2020 13:45

Fonte: www.comprasgovernamentals.

ov.br

Quantidade: 5

Unidade: Unidade

UF: PR

CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA FINAL

09.053.748/0001-27

BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA

R\$ 1.399,60

Marca: COLORMAQ
Fabricante: COLORMAQ

Modelo: LCA12

* VENCEDOR *

Descrição: Maquina de lavar roupa com capacidade de no mínimo 10kg. Classificação Enérgica Classe A. Voltagem de 110V. Dispenser. Eliminação de fiapos. Centrifugação com no mínimo de 750rpm, Com tampa de vidro para visualização do processo de lavagem. Programas de Lavagem. Certificação do INMETRO. Garantia de 12 meses. CONFORME EDITAL.

R\$ 1,627,93

Marca: COLORMAQ Fabricante: COLORMAQ Modelo: LCA-12

Descrição: Maquina de lavar roupa com capacidade de no mínimo 10kg. Classificação Enérgica Classe A. Voltagem de 110V. Dispenser. Eliminação de fiapos. Centrifugação com no mínimo de 750rpm. Com tampa de vidro para visualização do processo de lavagem. Programas de Lavagem. Certificação do INMETRO. Garantia de 12 meses. -(ENTREGA SEM INSTALAÇÃO)

03.269.422/0001-55 S DO LAGO SILVA-EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI

R\$ 1,748,00

Marca: ELECTROLUX
Fabricante: ELECTROLUX

Modelo: LAC11

Descrição: Maquina de lavar roupa com capacidade de no mínimo 10kg. Classificação Enérgica Classe A. Voltagem de 110V. Dispenser. Eliminação de fiapos. Centrifugação com no mínimo de 750rpm. Com tampa de vidro para visualização do processo de lavagem. Programas de Lavagem. Certificação do INMETRO. Garantia de 12 meses.

23,208.599/0001-59 HIEL COMERCIO E SERVICOS EM GERAL LTDA

R\$ 1,759,90

Marca: COLOMARQ Fabricante: COLORMAQ

Modelo: LAVADDRA DE ROUPAS 10K

Descrição: Maquina de lavar roupa com capacidade de no mínimo 10kg. Classificação Enérgica Classe A. Voltagem de 110V. Dispenser. Eliminação de fiapos. Centrifugação oom no mínimo de 750rpm. Com tampa de vidro para visualização do processo de lavagem. Programas de Lavagem. Certificação do INMETRO. Garantia de 12 meses.

8

Capanema - PR, 09 de dezembro de 2020

Assunto: Pregão Eletrônico

DE: Prefeito Municipal

PARA:

- Departamento de Contabilidade;
- Procuradoria Jurídica;
- Pregoeiro e Equipe de Apoio à Licitação.

Aprovo o Termo de Referência e Preliminarmente à autorizo a tramitação do desse processo cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA, DESTINADA À LAVAGEM DA ROUPARIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR., deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

- 1 À indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer frente a despesa;
- 2 À elaboração de parecer sobre a possibilidade do procedimento licitatório, indicando a modalidade e o tipo de licitação a serem adotados no certame;
- 3 À elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação e da minuta do contrato;
- 4 Ao exame e aprovação das minutas indicadas no item 3 acima.

Atenciosamente,

Americo Bellé Prefeito Municipal

Capanema - PR, 09 de dezembro de 2020

Assunto: Pregão Eletrônico

DE: Departamento de Contabilidade

PARA: Prefeito Municipal

Senhor Prefeito

Em atenção ao oficio datado de 09/12/2020, objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA, DESTINADA À LAVAGEM DA ROUPARIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR., informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do Certame, sendo que o pagamento será efetuado através da Dotação Orçamentária abaixo descrita;

Dotações							
io da despes	da	•		despesa	Grupo da fonte		
2020	2251	09.001.10.301.1001.2081	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício		

Respeitosamente,

Cleomar Walter Téc. Cont. CRC: PR-046483/O-2

CPF: 723.903.959-53



080015

Município de Capanema - PR

EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) N° 110/2020 LOCAL: Prefeitura do Município de Capanema - Paraná www.comprasgovernamentais.gov.br "Acesso Identificado" PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 75.972.760/0001-60, sediado à Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080 – centro – Capanema Paraná, através da Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. Américo Bellé, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, objetivando a AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA, DESTINADA À LAVAGEM DA ROUPARIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR...

1.2. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 26/01/2021 as 08h30m

UASG: 987487 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA/PR

Local da Sessão Pública: www.comprasgovernamentais.gov.br

- 1.3. O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, da Lei nº 10.520/2002, do Decreto Federal nº 10.024/2020, da Lei Complementar nº 123/2006, legislação complementar aplicável e, no que couber, na Lei Federal nº 8.666/1993.
- 1.4. O(a) pregoeiro(a) deste Município é o(a) senhor(a) Roselia Kriger Becker Pagani, designado(a) pela **Portaria nº 7.531 de 09 de dezembro de 2019**, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de Capanema PR, Edição 397, de 10/12/2019.
- 2. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA
- 2.1. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 2.2. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá 26/01/2021, no site www.comprasgovernamentais.gov.br, nos termos das condições descritas neste Edital.
- 2.3. É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO (Decreto nº 5.450/05, art. 24, § 5°).

3. DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA, DESTINADA À LAVAGEM DA ROUPARIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE



- CAPANEMA-PR. DE CAPANEMA PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
- 3.2. Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.capanema.pr.gov.br.
- 3.3. A licitação será dividida em ITEMs, conforme tabela do ANEXO I do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos ITEMs forem de seu interesse.
- 3.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito no portal Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital e seus anexos, prevalecerão as previstas no Edital.
- 3.5. As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (046) 35521321.
- As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela 3.6. Secretaria Municipal de Saúde, 46) 35521431 com a Sra. Marisa ou pelo e-mail admsaude@capanema.pr.gov.br

DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

- 4.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, observada às especificações técnicas constantes do Anexo I e demais condições definidas neste Edital.
- 4.2. Será utilizado o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 5.

- 5.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legitima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 03 (três) dias úteis, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame.
- As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas o(a) pregoeiro(a) e protocolizadas em a) dias úteis, das 08h00 às 16h00, na Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080, Setor de Protocolo, Centro, Capanema, ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: licitacao@capanema.pr.gov.br
- Caberá ao(a) pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital **b**) e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- O(a) pregoeiro(a) deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame. c)
- d) Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.
- 5.2. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa fisica, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.
 - a) Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao(a) pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: licitacao@capanema.pr.gov.br





- b) O(a) pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- **5.3.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - **5.3.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.
 - **5.3.2.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 6.1. A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.
 - 6.1.1. As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/sicaf, até o terceiro dia útil a data do recebimento das propostas.
 - 6.1.2. A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal COMPRASNET, no ato da abertura do Pregão.
 - 6.1.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.
- 6.2. Será vedada a participação de empresas:
- a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) enquadradas nas disposições no artigo 9° da Lei Federal ° 8.666/98 e suas alterações posteriores, ou ainda,
- d) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de assolução ou liquidação.
- 6.3. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante assinalara "sim ou "não", em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - **6.3.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;
 - 6.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital;
 - 6.3.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 6.3.4. Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
 - **6.3.5.** Que a proposta foi elaborada de forma independente;





6.3.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1° e no inciso III do artigo 5° da Constituição Federal.

7. DO CREDENCIAMENTO

- 7.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 7.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sitio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP Brasil.
- 7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 7.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 7.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 - 7.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **8.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no item 11 do edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dos documentos.
- **8.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no item 11 deste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha
- **8.3.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o acesso aos dados constantes do sistema.
- **8.4.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1° da LC n° 123/06.
- **8.5.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema
- **8.7.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- **8.8.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1. No dia 26/01/2021, 08h30m do horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet será aberta por comando do(a) pregoeiro(a), com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.
- 9.2. O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
 - 9.1.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 - 9.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 9.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.
- **9.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM.
- 9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.



- 9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo(a) pregoeiro(a), devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.
- 9.16. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 9.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.19. No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3°, § 2°, da Lei n° 8.666/93, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
 - a) no país;
 - b) por empresas brasileiras;
 - c) por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.22. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 9.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.24. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.25. O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 9.26. Após a negociação do preço, o(a) pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao





máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7° e no § 9° do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

- 10.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 TCU Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
 - 10.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

- 10.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 10.5. O(a) pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 10.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) pregoeiro(a).
 - 10.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 10.7. Havendo necessidade, o(a) pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "har" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 10.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

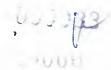
- 11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - a) SICAF.
 - b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br)
- 11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.





- 11.3. Constatada a existência de sanção, o(a) pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 11.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 11.5. Para a **habilitação** dos licitantes detentores do melhor preço, será exigida a documentação relativa:
 - a) à habilitação jurídica;
 - b) à qualificação econômico-financeira;
 - c) à regularidade fiscal e trabalhista;
 - d) à qualificação técnica.
- 11.6. Encerrada a etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) convocará o licitante detentor da melhor oferta, item a item, para que este anexe em ARQUIVO ÚNICO (COMPACTADO ex: zip e pdf) no sistema COMPRASNET, a **PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA**, em conformidade com o último lance ofertado. Para tanto, o(a) pregoeiro(a) fará uso de a ferramenta "CONVOCAR ANEXO", devendo o licitante anexar os documentos utilizando o link "ANEXAR" disponível apenas para o licitante/vencedor.
- 11.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação
- 11.8. O licitante deverá anexar a Proposta de Preços ajustada, num prazo de até <u>02 (DUAS)</u>
 <u>HORAS</u> de efetivo funcionamento do órgão público, ou seja, das 8h às 12h e das
 13h30min às 17h30min, contados da convocação.
- 11.9. Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail: licitacao@capanema.pr.gov.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o(a) pregoeiro(a) para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. O(a) pregoeiro(a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Capanema quanto do emissor.
 - 11.9.1. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pelo(a) pregoeiro(a), o registro da não aceitação da proposta.
 - 11.9.1.1. Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.
 - 11.9.2. É facultado o(a) pregoeiro(a) ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclar cer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.
 - 11.9.3. Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) DESCLASSIFICARÁ ou INABILITARÁ, conforme o caso, e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.
- 11.10. Os documentos deverão ser apresentados em: original, fotocópia, Publicação de Órgão da Imprensa Oficial, ou ainda extraídos da INTERNET, ficando nesta hipótese sua veracidade sujeita à nova consulta a ser feita pela Equipe de Apoio deste Pregão.
- 11.11. A habilitação dos Licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.





- 11.11.1. O cadastro no SICAF, abrangente dos níveis indicados no art. 6° da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 3, de 26 abril de 2018, substituirá apenas os documentos indicados nos subitens 11.12.1 Habilitação Jurídica, 11.12.2 Qualificação econômico-financeira e 11.12.3 Regularidade fiscal e trabalhista incluídos no sistema, sendo que os demais são obrigatórios apresentação.
- 11.11.2. Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF), o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1° da LC n° 123/2006.
- 11.11.3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF;
- 11.12. Os Licitantes deverão cumprir as seguintes exigências de habilitação:
 - 11.12.1. A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA consistirá:
 - a) No caso de empresário individual: <u>inscrição no Registro Público de Empresas</u>
 <u>Mercantis</u>, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: <u>ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor</u>, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
 - Em se tratando de Microempreendedor Individual MEI: <u>Certificado da</u>

 <u>Condição de Microempreendedor Individual CCMEI</u>, na forma da

 Resolução CGSIM nº 16/2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
 - 11.12.2. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá:
 - a) Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa juridica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste PRECÃO, se outro prazo não constar do documento.
 - 11.12.3. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá:
 - a) Prova de inscrição no <u>Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ;</u>
 - b) Prova de inscrição no <u>Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal</u>, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de <u>Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União</u>, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
 - <u>d)</u> Prova de regularidade para com a <u>Fazenda Estadual</u> do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado:
 - <u>e)</u> Prova de regularidade para com a <u>Fazenda Municipal</u>, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;



- Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de <u>Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas</u> (<u>CNDT</u>), nos termos da Lei nº 12.440/2011;
- h) a Declaração Unificada conforme modelo do ANEXO III;
- Em se tratando de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), a licitante deverá apresentar toda a documentação relativa à habilitação, porém, em havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo. a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
 - i.1) A ausência de algum documento ou a não regularização da documentação no prazo estipulado implicará na inabilitação da empresa.
 - i.2) A licitante ME ou EPP deverá apresentar ainda:
 - I Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o modelo do ANEXO IV.
 - II Certidão Simplificada de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte expedida pela Junta Comercial do Estado da sede da Licitante, nos últimos 90 (noventa) dias, contados a partir da data prevista para recebimento das propostas e da habilitação.
- 11.12.4. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** será exigida nesta licitação.
- 11.13. Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo(a) pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.
- 11.14. No julgamento da habilitação, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.15. O não atendimento das exigências constantes do item 11 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.
- 11.16. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os beneficios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 11.17. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 11.18. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.





11.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 12.1. A proposta de preços provisoriamente classificada em primeiro lugar, contendo as especificações detalhadas do objeto, com os preços unitários, adequados aos lances eventualmente ofertados, deverá ser anexada no sistema do Compras Governamentais, no prazo máximo de **03 (três) horas,** contados a partir da convocação pelo(a) pregoeiro(a).
 - 12.1.1. A proposta deverá ser subscrita pelo representante legal do licitante, mediante procuração devidamente assinada, se for o caso, com firma reconhecida, que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, devendo ser acompanhada do contrato ou estatuto social.
- 12.2. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
- 12.3. A proposta deverá conter:
 - a) proposta de preços, conforme modelo constante do ANEXO II do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;
 - b) **preços unitários e totais**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
 - c) indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;
 - d) prazo de validade da proposta não inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2° combinado com o artigo 66, § 4°;
 - e) indicação/especificação do produto e marca;
 - f) declaração de que se enquadra na condição de micro e pequena empresa prevista na Lei Complementar 123/06.
 - g) O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Red), com até três casas decimais (0,000).
 - h) A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos sob pena de desclassificação.
 - i) O(a) pregoeiro(a) reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.
 - j) A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.
- 12.4. A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.
- 13. DO ENCAMINHANDO DA DOCUMENTAÇÃO





- 13.1. A documentação solicitada no item 11, em original ou cópias autenticadas, e a proposta original, deverão ser anexadas junto com a proposta de preços inicial, no site do compras governamentais.
- 13.2. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o(a) pregoeiro(a) o declarará vencedor.
- 13.3. Ocorrendo a inabilitação, o(a) pregoeiro(a) convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

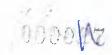
14. DA VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 14.1. Visando à comprovação da habilitação do licitante, serão consultadas online, em sistemas específicos, as seguintes situações:
 - a) estar habilitado parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
 - b) ter declarado no sítio Compras Governamentais a inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
 - c) ter declarado no sítio Compras Governamentais que não utiliza mão de obra infantil;
 - d) ter declarado no sítio Compras Governamentais que está de acordo com todas as exigências editalícias;
 - e) ter declarado no sítio Compras Governamentais a "Elaboração Independente de Proposta";
 - f) não possuir registro impeditivo da contratação no SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência (www.portaltransparência.gov.br/ceis) e no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbleade Administrativa Ligiar Cadastro Impedidos de ' do TCEPR (CNCIA) no de (http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/Cossillation didosWeb.asox). Caso haja algum registro impeditivo, o licitante será excluído do retame;
- 14.2. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o(a) pregoeiro(a) o declarará vencedor.
- 14.3. Ocorrendo a inabilitação, o(a) pregoeiro(a) convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

15. DOS RECURSOS

- 15.1. **Declarado o vencedor**, o(a) pregoeiro(a) abrirá prazo, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
- 15.2. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.
- 15.3. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 15.4. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.comprasgovernamentais.gov.br
- 15.5. O recurso contra decisão do(a) pregoeiro(a) não terá efeito suspensivo





- 15.6. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o(a) pregoeiro(a) terá até 5 (cinco) dias para:
 - a) Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
 - b) motivadamente, reconsiderar a decisão;
 - c) manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;
- 15.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.
- 15.9. Não havendo recurso, o(a) pregoeiro(a) adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhara o procedimento à autoridade superior para homologação.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
 - a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
 - b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1° da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
 - 16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
 - 16.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 17.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.
 - 17.1.1. Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.
- 17.2. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo(a) pregoeiro(a), ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
 - 17.2.1. A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição/contratação do objeto/serviço licitado.

18. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da convocação,



procederem à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

18.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

18.3. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em

lei ou no presente instrumento convocatório.

18.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

18.5. Desde que atendidos os pressupostos dos artigos 11 e 26 do Decreto nº 7.892/13, serão registrados em ata os preços e quantitativos dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante mais bem classificado, segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.

18.6. No momento da assinatura da Ata a Administração verificará se os licitantes mantêm as mesmas condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas

durante toda a vigência da ata.

18.7. Constatada a irregularidade no SICAF, quando o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, ou em qualquer outra hipótese de cancelamento do registro prevista nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13, o Departamento de Licitações poderá convocar o licitante subsequente na ordem de classificação para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

19. DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA

19.1. A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto Federal nº 7.892/13, conforme previsto na Ata de Registro de Preços anexa ao Edital.

19.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ala de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.066/93, sem prejuízo da possibilidade de alterações dos contratos eventualmente firmados

20. DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

- 20.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio da Ata de Registro de Preços.
 - 20.1.1. As condições de aquisição constam do Termo de Referência desta licitação e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada aquisição específica, no respectivo requerimento elaborado.
 - 20.1.2. O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à aquisição (artigo 9°, inciso XI, do Decreto n° 7.892/2013).
- 20.2. O órgão convocará o fornecedor com preço registrado em Ata para, a cada contratação, e dentro do prazo de validade da Ata, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.





- 20.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 20.2.2. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração, desde que se respeite o prazo de validade da Ata.
- 20.3. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, o Contratante poderá realizar consulta online ao SICAF e/ou outros cadastros disponíveis, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- **20.4.** A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **20.5.** Correrão por conta da Contratada quaisquer despesas que incidirem ou venham a incidir para a execução dos serviços ou para a entrega dos produtos objeto desta licitação.
- 20.6. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.
- 20.7. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a fiscalização será exercida por um representante do Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem durante sua vigência, de tudo dando ciência à Administração.
- 21. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CONTRATO DERIVADO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO, CONCLUSÃO E ENTREGA E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL.
- 21.1. A contratação do fornecedor/prestador de serviços poderá ser realizado por meio de contrato, conforme minuta do Anexo VI.
- 21.2. A contratação por meio de contrato deverá ser solicitada por escrito polo Secretário da pasta, descrevendo os seguintes requisitos:
 - demonstração de saldo da quantidade do objeto licitado prevista na itade registro de preços;
 - justificativa pormenorizada da quantidade do objeto que será prevista no contrato, possibilitando a comprovação da quantidade ser realizada pelo consumo do objeto da licitação em período anterior, juntando-se os relatórios do sistema;
 - c) solicitação e justificativa para a vigência do contrato;
 - d) comprovação da vantajosidade da contratação, por meio de justificativa e da juntada de documentos comprobatórios de que o preço do objeto previsto na ata de registro de preços continua sendo compatível com o preço de mercado no momento da contratação, possibilitando a consulta de sistema de banco de preços ou outros meios aplicáveis;
 - e) anuência do licitante vencedor na celebração do contrato e o compromisso de manter o preço vigente na ata de registro de preços, por toda a duração do contrato, salvo na hipótese do art. 65, II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93;
 - Indicação da dotação orçamentária.





- 21.3. A documentação encaminhada peia Secretaria será analisada pelo(a) pregoeiro(a), equipe de apoio, com aprovação do Controle Interno.
- 21.4. A vigência dos contratos derivados da ata de registro de preços ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, ieto é, ao exercício financeiro de sua celebração, com exceção das hipóteses previstas nos incisos do art. 57, da Lei nº 8.666/93.
- 21.5. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilibrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:
 - a) alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
 - b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
 - c) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
 - d) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
 - e) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
 - f) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- 21.6. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito, ser aprovada pela Procuradoria Municipal e autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.
- 21.7. Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante aprovação pela Procuradoria Municipal e autorização da autoridade competente para celebrar o contrato, o prazo de que trata a alínea "b", do item 21.5 poderá ser prorrogado por até doze meses.
- 21.8. A alteração contratual respeitará o regime descrito no art. 65, da Lei nº 8.666/93, com a devida análise da Procuradoria Municipal e autorização da autoridade competente para celebrar o contrato.

22. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA E DO CONTRATO

- 22.1. As obrigações decorrentes deste **PREGÃO** serão formalizadas por meio da ata de registro de preços, cuja minuta consta como **Anexo V** deste Edital, ou por meio de Contrato, conforme o disposto do item 21, deste Edital, cuja minuta esta po **Anexo VI** deste Edital.
- 22.2. A ata ou o Contrato Administrativo será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até 5 (cinco) dias após o seu recebimento.
- 22.3. A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 5 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.
- 22.4. A ato e/ou contrato deverão ser assinados pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e/ou procuração e cédula de identidade do representante.
- 22.5. O prazo para a assinatura da ata e/ou do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

23. DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E DE ENTREGA DO OBJETO

23.1. A empresa vencedora do certame deverá entregar os objetos/prestar os serviços solicitados em até 20 (vinte) dias úteis após a solicitação formal do Departamento



Município de Capanema - PR

<u>de Compras do Município de Capanema</u>, a qual somente poderá ocorrer posteriormente à elaboração de <u>requerimento</u> de compra/prestação de serviços pela Secretaria Municipal solicitante, nos termos do subitem seguinte.

- 23.2. O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:
 - a) identificação da Secretaria Municipal solicitante;
 - b) descrição dos objetos/serviços a serem adquiridos/prestados;
 - c) local onde serão entregues/prestados os objetos/serviços;
 - d) prazo para entrega/prestação dos objetos/serviços;
 - e) quantidade, medidas e especificações dos objetos/serviços, quando for o caso;
 - f) justificativa da quantidade requisitada e a necessidade da aquisição/dos serviços;
 - g) assinatura da(o) Secretária(o) Municipal solicitante.
- 23.3. O requerimento deverá ser enviado ao Departamento de Compras do Município que verificará a possibilidade da aquisição e encaminhará o respectivo pedido à empresa vencedora do certame, juntamente com a respectiva nota de empenho.
- 23.4. A empresa licitante <u>deve negar o fornecimento dos objetos/prestação dos serviços</u> caso estes sejam solicitados sem a elaboração do requerimento e as informações previstas no subitem 23.2.
 - 23.4.1. A recusa fundamentada neste subitem não gera responsabilidade ou penalização para a empresa vencedora do certame.
- 23.5. O não cumprimento do disposto neste item enseja a **nulidade da contratação** e a possibilidade de responsabilização dos envolvidos por improbidade administrativa.
- 23.6. O fornecimento de objetos/prestação dos serviços pela empresa vencedora do certame sem o prévio recebimento do requerimento a que alude o subitem 23.2 configura a concorrência da empresa para a nulidade do ato, configurando a má-fé da contratação, possibilitando a anulação de eventual nota de empenho emitida e o não pagamento, sem prejuízo da adoção das medidas cabíveis para aplicação das penalidades previstas na Lei 12.846/2013.
- 23.7. As solicitações deverão ser carimbadas e assinadas pela comissão de recebimento, para fins de recebimento definitivo do objeto/serviço.
- 23.8. As solicitações provenientes da Secretaria participante da Ata de Registro de Preços, após o recebimento definitivo dos bens, deverão ser digitalizadas, incluídas no sistema disponível e armazenados em arquivo próprio no Controle Interpo ou no Departamento de Compras do Município ou na própria Secretaria solicitante permitindo a fiscalização de órgãos internos e externos.

24. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO/EXECUÇÃO DO OBJETO

- 24.1. Quando a entrega do objeto for realizada/prestação do serviço for concluida caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita, informando o fato ao fiscal da ata de registro de preços ou do contrato, o qual verificará o objeto fornecido/serviço prestado e confeccionará um termo de recebimento provisório, identificando os objetos/serviços, cuja finalidade é apenas para atestar que a Contratada entregou os objetos/prestou os serviços na data estipulada na solicitação, fornecendo uma cópia do documento à CONTRATADA.
 - 24.1.1. Juntamente com a entrega do objeto/prestação dos serviços, ou no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal correspondente, nos termos definidos pelo Departamento de Compras do Município,.
- 24.2. Após o **recebimento provisório**, o Município, por meio de comissão de recebimento, formada por três servidores efetivos, realizará, no prazo de até 15 (quinze) dias, a **liquidação da despesa,** isto é, a verificação da compatibilidade do objeto



entregue/serviço prestado com as especificações do Termo de Referência/Projeto Básico e da solicitação mencionada no subitem 23.2, para fins de recebimento definitivo.

- 24.2.1. As solicitações mencionadas no subitem 23.2 deverão ser carimbadas e assinadas pela comissão de recebimento, para fins de recebimento definitivo do objeto/serviço, as quais serão armazenados em arquivo proprio do Controle Interno ou do Departamento de Compras do Município.
- 24.3. A Comissão realizará inspeção mínuciosa de todos os objetos entregues/serviços prestados, por meio de servidores públicos efetivos competentes ou do fiscal da ata de registro de preços ou do contrato, acompanhados dos profissionais encarregados pela solicitação de compra, com a finalidade de verificar a adequação do objeto/serviço e constatar e relacionar a quantidade do objeto/serviço a que vier ser recusada.
- 24.4. A CONTRATADA fica obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto/serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua qualidade, quantidade ou aparência, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.
- 24.5. No caso de rejeição do objeto/serviço, a Contratada deverá providenciar a imediata troca por outro/refazimento do serviço sem vício ou defeito, de acordo com o Termo de Referência/Projeto Básico e a solicitação indicada no subitem 23.2, dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado da notificação enviada pelo Município, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação de troca/refazimento do serviço.
- 24.6. Após tal inspeção e eventuais regularizações de pendências, será lavrado Termo de Recebimento Definitivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas e o objeto substituído/ refazimento do serviço, para posterior emissão de Nota fiscal, disponibilizando uma das vias para a empresa contratada.
- 24.7. Na hipótese de o termo de recebimento definitivo não ser elaborado tempestivamente, reputar-se-á como realizado, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante 5 (cinco) dias anteriores à exaustão do prazo e desde que seja encaminhada pela CONTRATADA a respectiva nota fiscal ao Departamento de Compras do Município.
- 24.8. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406/2002 e Código de Defesa do Consumidor).
- 24.9. A notificação a que se refere o subitem 24.5 poderá ser encaminhada via e-mail para a CONTRATADA.
- 24.10. A ausência de confecção do termo de recebimento provisório ou definitivo nos termos deste edital ensejará a responsabilização administrativa dos agentes públicos que se omitirem.
- 24.11. As notas fiscais dos objetos/serviços recebidos de forma parcial ao solicitado na forma do subitem 23.2, somente serão enviadas para liquidação e posterior pagamento a partir do momento em que for entregue o restante.

25. DO PAGAMENTO

- 25.1. O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica para a conta bancária da Contratada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento definitivo do objeto/serviço, nos termos do item 24.
- 25.2. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título,



rodes

Município de Capanema - PR

sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.

25.3. O pagamento será precedido de consulta ao SICAF, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste Edital.

- 25.3.1. Na hipótese de irregularidade no registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 10 (dez) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos e rescisão do contrato.
- 25.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 25.5. A Administração somente efetuará o pagamento após a ocorrência das seguintes hipóteses, sendo facultada a adoção de apenas uma delas:
 - 25.5.1. Mediante a comprovação da quitação dos tributos referentes à aquisição ou prestação de serviço contratado; ou
 - 25.5.2. O Município de Capanema poderá realizar a retenção de valores devidos a título de tributos incidentes decorrentes da contratação, bem como de créditos tributários inscritos em dívida ativa em nome da Contratada, não impugnados.
- 25.6. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 25.7. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.
- 25.8. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.
- 25.9. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.
- 25.10. Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento, até que o problema seja definitivamente sanado.
- 25.11. Os servidores dos Setores de Contabilidade, do Controle Interno e da Tesouraria deverão exigir o cumprimento do disposto nos itens 23 e 24 deste Edital para realizarem os procedimentos contábeis, de prestação de contas e de pagamento, sob pena de responsabilidade solidária pela malversação de verbas públicas.
 - 25.11.1. A recusa da realização dos procedimentos contábeis, de prestação de contas e de pagamentos pelos servidores, em razão da ausência da documentação indicada nos itens 23 e 24 deste Edital, não poderá ensejar a responsabilização administrativa dos servidores por insubordinação, desídia ou outra conduta similar tipificada no Estatuto dos Servidores.

26. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Valor máximo estimado da licitação é de R\$ 9.714,00 (Nove Mil, Setecentos e Quatorze Reais).
- 26.2. Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:

 Dotações





Exercíci	Conta	Funcional programática	Fonte	Natureza da	Grupo da fonte
o da	da		lde	despesa	
despesa	despesa		recurso		
2020	2251	09.001.10.301.1001.2031	304	4.4.90.52.00.00	Do Evercicio

27. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 27.1. Comete infração administrativa, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
 - a) Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
 - b) Apresentar documentação falsa;
 - c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - d) Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
 - e) Comportar-se de modo inidôneo;
 - f) Cometer fraude fiscal;
 - g) Fizer declaração falsa;
 - h) Ensejar o retardamento da execução do certame.
- 27.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - a) Multa de até 2% (dois por ceuto) sobre o valor estimado do(s) ITEM(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
 - b) Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Capanema e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até dois anos.
- 27.3. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas abaixo, garantidas a prévia defesa:
 - 27.3.1. Advertência por escrito;

27.3.2. Multas:

- a) de 0,5% por dia de atraso na entrega do objeto/prestação do serviço, calculada sobre o valor dos objetos/serviços selicitados nos termos do subitem 23.2 deste Edital, limitada ao percentual máximo de 10% do valor total da respectiva ata ou do contrato, a partir do qual estará configurada a sua inexecução total;
- de 0,2% sobre o valor total da ata de registro de preços ou do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do edital, da ata de registro de preços ou do contrato não especificada na alínea "a" deste item, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de 5% sobre o valor total da ata de registro de preços ou do contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, havendo a possibilidade de cumulação com as demais sanções cabíveis;
- d) de **20% sobre o valor total** da ata de registro de preços ou contrato, quando configurada a sua inexecução total.
- 27.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 27.3.4. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja





promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

- 27.4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
 - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou pelo descumprimento das normas federais, estaduais e municipais no desempenho das suas atividades empresariais e/ou profissionais;
 - c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 27.5. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.
- 27.6. A multa será descontada da garantia do contrato, caso houver, e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
- 27.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do(a) Prefeito(a) Municipal.
- 27.8. As demais sanções são de competência exclusiva do(a) pregoeiro(a).
- 27.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 27.10. As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa do Município e cobradas judicialmente.
- 27.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 27.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

28. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

- 28.1. Fica assegurado ao Município de Capanema o direito de revogar a licitação por azões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulála em virtude de vício insanável, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 28.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
- 28.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a au oridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 28.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 28.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 28.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.
- 28.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 28.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal.

29. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA





- 29.1. A Contratada é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata de Registro de Preços ou contrato.
- 29.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata ou do contrato, bem como de vícios aparentes ou ocultos do objeto adquirido/serviços prestado.
- 29.3. Incumbe à Contratada o ônus da prova da origem do vício/defeito.

30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 30.1. O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Capanema através do endereço eletrônico https://www.capanema.pr.gov.br/doe, e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico www.capanema.pr.gov.br/.
- 30.2. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de Capanema não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 30.3. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 30.4. Com fundamento na norma do art. 43, § 3°, da Lei Federal n.º 8.666/93, é facultado ao(à) pregoeiro(a), à Procuradoria Municipal ou à outra autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.
- 30.5. Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, devidamente assinadas pelo(a) pregoeiro(a).
- 30.6. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) pregoeiro(a), que decidirá, com base na legislação vigente.
- 30.7. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) pregoeiro(a) poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente.
- 30.8. Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.
- 30.9. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada ou em publicação de o gão da imprensa, na forma da lei, ou ainda, excepcionalmente através de cópia acompar hada do original para autenticação pelo(a) pregoeiro(a), e serão retidos para oportuna juntada aos autos do processo administrativo pertinente a esta licitação.
- 30.10. Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor
- 30.11. Os documentos emitidos através da Internet serão conferidos pela Equipe de Apoio.
- 30.12. Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- 30.13. Salvo as exceções previstas neste Edital, os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos após o protocolo, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 30.14. O licitante vencedor deverá manter, durante a vigência do respectivo contrato, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório.
- 30.15. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 30.16. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para



- o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em contrário.
- 30.17. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Capanema.
- 30.18. Casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo(a) pregoeiro(a).
- 30.19. As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

30.20. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência – Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento.
ANEXO II	Modelo Padrão de Proposta Comercial.
ANEXO III	Modelo de Declaração unificada.
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Enquadramento - ME/EPP.
ANEXO V	Minuta da Ata de Registro de Preços.
ANEXO VI	Minuta do contrato.

Capanema, 09 de dezembro 2020.

AMÉRICO BELLÉ
PREFEITO MUNICIPAL







ANEXO - II

MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL (uso obrigatório por todas as licitantes) (papel timbrado da licitante)

eletrônico,	se houve	r), inscri	, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço ta no CNPJ sob nº, neste ato representada RG, CPF, (endereço), propõe fornecer à
=		_	nema, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão
Eletrônico r	n° 110/20	20, confor	me abaixo discriminado:
ITE QT	UNID.	MARCA	MATERIAL/SERVIÇO
1 XX	Unidad e	xx	
nformar m	arca;		
Informar Va	alor Unitár	rio;	
nformar es	pecificaçã	o dos proc	lutos;
informar qu iirmada con			obriga a cumprir todos os termos da Nota de Empenho a ser rtame.
-		-	proposta é de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias corridos , la sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO .
Prazo máxir	mo de entr	ega dos n	nateriais será de acordo com o ANEXO I do edital.
		_	inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, s despesas necessárias à execução do objeto.
			de 2020. Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)





Município de Capanema - PR

ANEXO - III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA (papel timbrado da licitante)

Á pregoeira e equipe de apoio Prefeitura Municipal de Capanema, Estado do Paraná PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2020

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede
na, através de seu representante legal infra-assinado, que:
P 1
1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99,
que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos
menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14
anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a
Administração Pública.
3) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados
por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a),
Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja
função/cargo é(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela
assinatura do Contrato.
4) Declaramos para os devidos fins que NENHUM sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de
relacionamento comercial com a Administração Pública.
5) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou
ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do
STF (Supremo Tribunal Federal).
6) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação lutura referente e este processo licitatório,
bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encamidado para o seguinte endereço:
E-mail:
Telefone: ()
7) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de
Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.
8) Nomeamos e constituímos o senhor(a), portador(a) do CPF/MF sob
n.º, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Contrato , referente ao Pregão
Eletrônico n.º Nº 110/2020 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento
convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.
de 2020.
Local e Data
Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legivel/Cargo/Carimbo do CNPJ)





ANEXO - IV

MODELO PADRÃO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - ME/EPP (papel timbrado da licitante)

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede
na através de seu representante legal infra-assinado, declara, sob
as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa
de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei
Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu
desenquadramento desta situação.
, de 2020.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)







ANEXO V - (MINÚTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)

MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR ATA DE REGISTRO DE PREÇOS №

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2020

Aos dias do mês de de, o Município de Capanema - PR, inscrito no
${ m CNPJ/MF}$ sob o nº 75.972.760/0001-60, com sede na cidade de Capanema, Estado do Paraná,
na Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza nº 1080 - Centro, representado pelo seu Prefeito
Municipal, Sr, com fundamento no art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, no Decreto
Municipal nº 4.118/2007 e na Lei Federal nº 10.520/02, considerando a classificação das
propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 110/2020 , por deliberação do(a) pregoeiro(a),
devidamente homologada e publicada no Diário Oficial do Município de Capanema em
XX/XXX, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa classificada em primeiro lugar,
observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se
seguem.

*******************************	, se		
diada na	, nº, na cidade	de, Estado o	ło,
inscrita no CNPJ sob o	n° e Iı	nscrição Estadual sob o n	0
doravante designada	CONTRATADA, neste	ato representada p	or seu
Sr,	portador do RG nº	e do CPF nº	******

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA, DESTINADA À LAVAGEM DA ROUPARIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR., para atender as eventuais necessidades do Município de Capanema, conforme especificações do

Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ FABRICANT E	QUANTIDADE PREÇO UNITÁRIO R	PREÇO TOTAL R\$
	-			

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as aquisições que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de aquisição em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA AQUISIÇÃO

3.1. A aquisição obedecerá à conveniência e as necessidades do Município de Capanema.





- 3.2. O Município de Capanema efetuará seus pedidos à Detentora da Ata nos termos da Cláusula Quarta desta Ata, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-simile ou e-mail, o qual deverá conter além dos requisitos da Cláusula Quarta, as seguintes informações:
 - a) Número da Ata;
 - b) Número do item conforme Ata;
 - c) Dotação orçamentária onerada;
 - d) Valor do objeto/serviço.
- **3.3.** O material deverá atender rigorosamente as especificações exigidas pela Contratante e conforme a proposta apresentada.

4. <u>CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO</u>

- 4.1. A empresa vencedora do certame deverá entregar os objetos/prestar os serviços solicitados em até 20 (vinte) dias úteis após a solicitação formal do Departamento de Compras do Município de Capanema, a qual somente poderá ocorrer posteriormente à elaboração de requerimento de compra/prestação de serviços pela Secretaria Municipal solicitante, nos termos do subitem seguinte.
- **4.2.** O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:
 - h) identificação da Secretaria Municipal solicitante;
 - i) descrição dos objetos/serviços a serem adquiridos/prestados;
 - j) local onde serão entregues/prestados os objetos/serviços;
 - k) prazo para entrega/prestação dos objetos/serviços;
 - I) quantidade, medidas e especificações dos objetos/serviços, quando for o caso;
 - m) justificativa da quantidade requisitada e a necessidade da aquisição/dos serviços;
 - n) assinatura da(o) Secretária(o) Municipal solicitante.
- **4.3.** O requerimento deverá ser enviado ao Departamento de Compras do Município que verificará a possibilidade da aquisição e encaminhará o respectivo pedido à empresa vencedora do certame, juntamente com a respectiva nota de empenho.
- **4.4.** A empresa licitante **deve negar o fornecimento dos objetos prestação dos serviços** caso estes sejam solicitados sem a elaboração do requerimento e as informações previstas no subitem 4.2.
- 4.4.1. A recusa fundamentada neste subitem não gera responsabilidade ou penalização para a empresa vencedora do certame.
- **4.5.** O não cumprimento do disposto neste item enseja a **nulidade da contratação** e a possibilidade de responsabilização dos envolvidos por improbidade administrativa.
- **4.6.** O fornecimento de objetos/prestação dos serviços pela empresa vencedora do certame sem o prévio recebimento do requerimento a que alude o subitem 4.2 configura a **concorrência da empresa para a nulidade do ato**, configurando a má-fé da contratação, possibilitando a anulação de eventual nota de empenho emitida e o não pagamento, sem prejuízo da adoção das medidas cabíveis para aplicação das penalidades previstas na Lei 12.846/2013.
- **4.7.** As solicitações deverão ser carimbadas e assinadas pela comissão de recebimento, para fins de recebimento definitivo do objeto/serviço.



4.8. As solicitações provenientes da Secretaria participante da Ata de Registro de Preços, após o recebimento definitivo dos bens, deverão ser digitalizadas, incluídas no sistema disponível e armazenados em arquivo própsio no Controle Interno ou no Departamento de Compras do Município ou na própria Secretaria solicitante, permitindo a fiscalização de órgãos internos e externos.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

- **5.1.** As disposições sobre o pagamento estão previstas no item 25 do Edital.
- 5.1. O pagamento será feito pelo Município de Capanema/PR de forma parcelada, conforme o fornecimento dos objetos/prestação dos serviços, somente após o respectivo recebimento definitivo, nos termos do item 24 do Edital do certame.
- 5.2. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- **5.3.** A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido prevista nesta Ata de Registro de Preços.
- 5.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos eo valor originariamente devido **I** = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

5.5. As despesas com a aquisição dos objetos registrados nesta ata serio empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias:

Dotaçõe	S			/	
Exercici o da despesa	da	Funcional programática		Natureza da despesa	Grupo da fonte
2020	2251	09.001.10.301.1001.2081	304	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

6. CLÁUSULA SEXTA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- **6.1.** A fiscalização da Ata de Registro de Preços será exercida por um **representante da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme termo de referência, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da ata, e de tudo dará ciência à Administração, bem como atestar o recebimento dos materiais, nos termos do item 24 do edital.
- **6.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de





imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

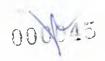
- **6.3.** O fiscal da Ata de Registro de Preços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- **6.4.** Fica credenciado pela Administração do Município, para fiscalização da Ata de Registro de Preços, bem como prestar toda assistência e orientação que se fizer necessária, o(a) **servidor(a) Marisa Pontin**, para, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.
- **6.5.** A fiscalização para cumprimento da presente Ata, por parte da Contratante, poderá ser alterada, a qualquer tempo, mediante autorização e posterior comunicação à CONTRATADA.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS

- **7.1.** O Órgão Gerenciador realizará publicação trimestral dos preços registrados no Diário Oficial do Município.
- **7.2.** Os preços registrados serão confrontados periodicamente, verificando a compatibilidade com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.
- **7.2.1.** A Administração Municipal, no caso de comprovação dos preços registrados serem maiores que os vigentes no mercado, convocará o(s) signatário(s) da Ata de Registro de Preços para promover a renegociação dos preços de forma a torná-los compatíveis com os de mercado.
- **7.2.2.** Em caso de recusa do(s) signatário(s) da Ata em aceitar a renegociação, o Município procederá a aquisição do(s) item(ns) por outros meios, respeitando o disposto na legislação e o Decreto Municipal nº 4.118/2007.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **8.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1° do art. 65 da Lei n° 8.666/93.
- **8.2.** O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao orgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.
- **8.3.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:
 - a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;
 - c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.





- **8.4.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
 - a) Convocar o fornecedor visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos da <u>alinea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93</u>, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
 - b) Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido do fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - c) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.
- **8.5.** A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.
- **8.6.** Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.
- **8.7.** É vedado à Contratada interromper a entrega dos materiais enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.
- **8.8.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá procedar à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Município, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 19 do Decreto 7.892/13.
 - 8.9. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.
- 3.10. Não cabe repactuação ou reajuste de preços da contratação, salvo nos casos previstos acima.
- **8.11.** Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

9. CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

- **9.1.** O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico além das hipóteses contidas no edital, quando:
 - a) Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;





- c) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou pelo descumprimento das normas federais, estaduais e municipais no desempenho das suas atividades empresariais e/ou profissionais.
- **9.2.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
 - a) Por razões de interesse público;
 - b) A pedido do fornecedor.
- c) Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As disposições sobre as sanções administrativas estão previstas no item 27 do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMAPRIMEIRA - DO PREÇO

11.1. Durante a vigência da ata os preços são fixos e irreajustáveis, salvo o disposto no art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

- 12.1. Caberá à empresa vencedora do certame:
- a) entregar o objeto/prestar os serviços em perfeitas condições no tempo, lugar e forma estabelecidos previamente pela Administração Municipal, nos termos do item 4, desta ata;
- **b)** manter-se, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar a data, horários e local de entrega do objeto/prestação de serviços previamente agendado pela Administração Municipal;
- d) encaminhar à Administração Municipal a Nota Fiscal/Fatura correspondendo ao valor do bem adquirido/serviço prestado, no momento da entrega do objeto ou no prazo máximo de 2 (dois) dias após a entrega ou prestação dos serviços;
- e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, herentes ao objeto da presente ata;
- f) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega do objeto/prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **g)** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- **h)** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na entrega dos objetos/execução dos serviços;
- i) no caso de prestação de serviços, substituir o profissional que não esteja desempenhando a sua função de maneira eficiente, a pedido da Administração.





j) Caso haja necessidade, fica sob responsabilidade da empresa vencedora do certame dos os ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem, entre outros, de seus funcionários e veículos, para o fornecimento do objeto/prestação de serviços.

12.2. O Município obriga-se a:

- a) Receber provisoriamente o objeto/serviço, por meio do fiscal da ata;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por meio de servidor especialmente designado;
 - d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.
- **12.3.** A empresa vencedora do certame será responsabilizada pelo descumprimento das normas legais e infralegais na execução da ata de registro de preços.
- 12.3.1. A empresa é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata de Registro de Preços.
- 12.3.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata de Registro de Preços.
- **12.3.3.** A empresa responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. Os objetos/serviços serão recebidos na forma do item 24 do edital.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 14.1. Em atendimento a Lei Federal nº 12.846/2013, os licitares devem observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representante ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) "Prática Coercitiva": Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
 - e) "Prática Obstrutiva":
 - (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas ao representantes do Município ou terceiros, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas alínea anteriores e na verificação da qualidade e quantidade dos objetos entregues/serviços prestados





- (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o Município promover inspeção do objeto/serviço.
- 14.2. O servidor público que constatar alguma das condutas prevista acima, possui o dever funcional de encaminhar os fatos para apuração pelo Fiscal da Ata, para a Procuradoria Municipal e para o Controle Interno, que adotarão as providências necessárias, incluindo a abertura de processo administrativo para a rescisão contratual e a aplicação das multas cabíveis.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Capanema, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **16.1.** A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.
- **16.2.** Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-lhe todos os seus dispositivos, o edital do **Pregão Eletrônico nº 110/2020**, o seu respectivo Termo de referência, e a proposta da empresa.
- 16.3. A Detentora da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Eletrônico nº 110/2020.**
- **16.4.** Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Américo Bellé, Prefeito Municipal do Município de Capanema, e pelo (a) **Sr.(a)** -----, qualificado preambularmente, representando a Detentora da Ata.

Capanema, de de 2020.

Américo Bellé

Prefeito Municipal

Detentora da Ata (NOME) Representanta Legal



ANEXO VI - (MINUTA DO CONTRATO Nº 110/2020)

CONTRATO DE FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MÚNICÍPIO DE CAPANEMA E A EMPRESA TEXAS, DERIVADO DA ATA DE REGISTRO DE FREÇOS N° XX, PROVENIENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 110/2020

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DESCRIÇÃO DO OBJETO DESTE CONTRATO

1.1. AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA, DESTÍNADA À LAVAGEM DA ROUPARIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR.

M o do produto/serviço do de dade unitá produ to/se rviço de de did	ITEN	S		47.20	ment of the	1 40	1		
a		Item	o do produ to/se	The state of the s	do	de de de me		unitá rio	Preço total

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1. A empresa vencedora do certame deverá entregar os objetos/prestar os serviços solicitados em até 20 (vinte) dias úteis após a solicitação formal do Departamento de Compras do Município de Capanema, a quai somente poderá ocorrer posteriormente à elaboração de requerimento de compra/prestação de serviços pela Secretaria Municipal solicitante, nos termos do subitem seguinte.
- 2.2. O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:
 - a) identificação da Secretaria Municipal solicitante;
 - b) descrição dos objetos/serviços a screm adquiridos/prestados;





- c) local onde serão entregues/prestados os objetos/serviços;
- d) prazo para entrega/prestação dos objetos/serviços;
- e) quantidade, medidas e especificações dos objetos/serviços, quando for o caso;
- n justificativa da quantidade requisitada e a necessidade da aquisição/dos serviços;
- g) assinatura da(o) Secretária(o) Municipal, solicitante.
- 2.3. O requerimento deverá ser enviado ao Departamento de Compras do Município que verificará a possibilidade da aquisição e encaminhará o respectivo pedido à Contratada, juntamente com a respectiva nota de empenho.
- **2.4.** A Contratada **deve negar o fornecimento dos objetos/prestação dos serviços** caso estes sejam solicitados sem a elaboração do requerimento e as informações previstas no subitem 2.2.
- 2.4.1. A recusa fundamentada neste subitem não gera responsabilidade ou penalização para a empresa vencedora do certame.
- 2.5. O não cumprimento do disposto neste item enseja a **nulidade da contratação** e a possibilidade de responsabilização dos envolvidos por improbidade administrativa.
- 2.6. O fornecimento de objetos/prestação dos serviços pela Contratada sem o prévio recebimento do requerimento a que alude o subitem 2.2 configura a **concorrência da empresa para a nulidade do ato**, configurando a má-fé da contratação, possibilitando a anulação de eventual nota de empenho emitida e o não pagamento, sem prejuízo da adoção das medidas cabíveis para aplicação das penalidades previstas na Lei 12.846/2013.
- **2.7.** As solicitações deverão ser carimbadas e assinadas pela comissão de recebimento, para fins de recebimento definitivo do objeto/serviço.
- 2.8. As solicitações provenientes da Secretaria participante da Ata de Registro de Preços, após o recebimento definitivo dos bens, **deverão ser digitalizadas, incluídas no sistema disponível e armazenados em arquivo próprio** no Controle Interno ou no Departamento de Compras do Município ou na própria Secretaria solicitante, permitindo a fiscalização de órgãos internos e externos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

- 3.1. Caberá à Contratada do certame:
- a) entregar o objeto/prestar os serviços em perfeitas contreces no tempo, lugar e forma estabelec dos previamente pela Administração Municipal, nos termos da clausula segunda deste contrato;
- **b)** manter-se, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- c) cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar a data, horários e local de entrega do objeto/prestação de serviços previamente agendado pela Administração Municipal;
- d) encaminhar à Administração Municipal a Nota Fiscal/Fatura correspondendo ao valor do bem adquirido/serviço prestado, no momento da entrega do objeto ou no prazo máximo de 2 (dois) dias após a entrega ou prestação dos serviços;
- e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente contrato;
- f) Comunicar à Administração, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega do objeto/prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;





- g) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer fas prestações a que está obrigada;
- h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, segurós, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na entrega dos objetos/execução dos serviços;

i) no caso de prestação de serviços, substituir o profissional que não esteja desempenhando

a sua função de maneira eficiente, a pedido da Administração.

j) Caso haja necessidade, fica sob responsabilidade do Contratada os onus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem, entre outros, de seus funcionários e veículos, para o fornecimento do objeto/prestação de serviços.

3.2. O Contratada será responsabilizado pelo descumprimento das normas legais e infralegais na execução da ata de registro de preços.

- **3.2.1.** O Contratada é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata de Registro de Preços.
- **3.2.2.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata de Registro de Preços.
- **3.2.3.** O Contratada responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **4.1.** A CONTRATANTE obriga-se a:
- a) Receber provisoriamente o objeto/serviço, por meio do fiscal da ata;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por meio de servidor especialmente designado;
 - d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO

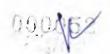
- **5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, serviços de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.
 - **5.3.** Os preços são fixos e irreajustáveis, salvo o disposto no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

- **6.1.** O prazo de vigência do contrato será de XX (xxxxx) meses, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993.
- **6.2.** O prazo de vigēncia previsto no item acima terá início na data de XX/XX/XXXX e encerramento em XX/XX/XXXX.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA





7.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

diociminada					
Exercício	Conta da	Funcional Programática	Fonte de	Natureza da	Grupo d
da	Despesa		Recurso	Despesa	Fonte
Despesa		1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		-	
		100			
		1 -			
		7			

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. As disposições sobre o pagamento estão previstas no item 25 do Edital.
- 8.2. O pagamento será feito pelo Município de Capanema/PR de forma parcelada, conforme o fornecimento dos objetos/prestação dos serviços, somente após o respectivo recebimento definitivo, nos termos da cláusula nona deste contrato.
- **8.3.** Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- **8.4.** A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido prevista nesta Ata de Registro de Preços.
- 8.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

9. CLÁUSULA NONA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 9.1. Quando a entrega do objeto for realizada/prestação do serviço for concluída, caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita, informando o fato ao fiscal da ata de registro de preços ou do contrato, o qual verificará o objeto fornecido/serviço prestado e confeccionará um **termo de recebimento provisório**, identificando os objetos/serviços, cuja finalidade é apenas para atestar que a Contratada entregou os objetos/prestou os serviços na data estipulada na solicitação, fornecendo uma cópia do documento à CONTRATADA.
- 9.1.1. Juntamente com a entrega do objeto/prestação dos serviços, ou no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal correspondente, nos termos definidos pelo Departamento de Compras do Município,.





- 9.2. Após o **recebimento** provisário, o Município, por meio de comissão de recebimento, formada por três servidores efetivos, realizará, no prazo de até 15 (quinze) dias, a **liquidação da despesa**, isto é, a verificação da compatibilidade do objeto entregue/serviço prestado com as especificações do Termo de Referência/Projeto Eásico e da solicitação mencionada no subitem 2.2, para fins de recebimento definitivo.
- 9.2.1. As solicitações mencionadas no subitem 2.2 deverão ser carimbadas e assinadas pela comissão de recebimento, para fins de recebimento definitivo do objeto/serviço, as quais serão armazenados em arquivo próprio de Controle Interno ou do Departamento de Compras do Município.
- 9.3. A Comissão realizará inspeção ininuciosa de todos os objetos entregues/serviços prestados, por meio de servidores públicos efetivos competentes ou do fiscal da ata de registro de preços ou do contrato, acompanhados dos profissionais encarregados pela solicitação de compra, com a finalidade de verificar a adequação do objeto/serviço e constatar e relacionar a quantidade do objeto/serviço a que vier ser recusada.
- 9.4. A CONTRATADA fica obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto/serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua qualidade, quantidade ou aparência, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.
- 9.5. No caso de rejeição do objeto/serviço, a Contratada deverá providenciar a imediata troca por outro/refazimento do serviço sem vício ou defeito, de acordo com o Termo de Referência/Projeto Básico e a solicitação indicada no subitem 2.2, dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado da notificação enviada pelo Município, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação de troca/refazimento do serviço.
- 9.6. Após tal inspeção e eventuais regularizações de pendências, será lavrado Termo de Recebimento Definitivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas e o objeto substituido/ refazimento do serviço, para posterior emissão de Nota fiscal, disponibilizando uma das vias para a empresa contratada.
- 9.7. Na hipótese de o termo de recebimento definitivo não ser elaborado tempestivamente, reputar-se-á como realizado, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante 5 (cinco) dias anteriores à exaustão do prazo e desde que seja encaminhada pela CONTRATADA a respectiva nota fiscal ao Departamento de Compras do Município.
- 9.8. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406/2002 e Código de Defesa do Consumidor).
- 9.9. A notificação a que se refere o subitem 9.5 poderá ser encaminhada via e-mail para a CONTRATADA.
- 9.10. A ausência de confecção do termo de recebimento provisório ou definitivo nos termos deste edital ensejará a responsabilização administrativa dos agentes públicos que se omitirem.
- 9.11. As notas fiscais des objetos/serviços recebidos de forma parcial ao solicitado na forma do subitem 2.2, somente serão enviadas para liquidação e posterior pagamento a partir do momento em que for entregue o restante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1. A fiscalização do contrato será exercida por um representante da Secretaria Municipal de Saúde, conforme termo de referência, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da ata, e de tudo dará ciência à Administração, bem como atestar o recebimento dos materiais, nos termos da cláusula nona deste contrato.
- **10.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.
- 10.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 10.4. Fica credenciado pela Administração do Município, para fiscalização do contrato, bem como prestar toda assistência e orientação que se fizer necessária, o(a) servidor(a) Marisa Pontin, para, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis.
- **10.5.** A fiscalização para cumprimento da presente Ata, por parte da Contratante, poderá ser alterada, a qualquer tempo, mediante autorização e posterior comunicação à CONTRATADA.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES E DO REAJUSTE

- **11.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993, bem como no disposto no item 21 do Edital.
- **11.1.1.** O fornecedor ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 11.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).
- **11.1.3.** Em caso de prorrogação contratual a que se refere o art. 57, §1°, da Lei 8.666/93, quando acordado pelas partes e nas hipóteses em que o fornecedor não deu causa à prorrogação, respeitar-se-á o índice INPC/IBGE para a atualização dos valores.

12. CLÁUSULA **DÉCIMA SEGUNDA** -'DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As disposições sobre as sanções administrativas estão previstas no item 27 do Edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o





pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISAC CONTRATUAL

- 14.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:
 - a) O não cumprimento de clausulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- **b)** O cumprimento irregular de clausulas contratuais, especificações, projetos, cronogramas e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão na entrega dos serviços, nos prazos estipulados;
 - d) O atraso injustificado entrega dos serviços;
- e) A paralisação do da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) A subcontratação total do seu objeto, a associação do Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;
- **14.1.1.** A subcontratação parcial do seu objeto, sem que haja prévia aquiescência da Administração e autorização em contrato.
- **14.1.2.** O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 14.1.3. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
 - a) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - b) A dissolução da sociedade ou o falecimento do Contratada;
- c) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- d) Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo que se refere o contrato;
- e) A supressão, por parte da Administração, das aquisições, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da/Lei nº 8.666/93;
- f) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao Contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- g) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da aquisição, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- h) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para a entrega dos serviços, nos prazos contratuais:
- i) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;





- **j)** Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- **14.2.** A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 14.3. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- **14.4.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 14.5. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do fornecedor, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
 - a) Devolução da garantia;
 - b) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
- 14.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

14. CLÁUSULA **DÉCIMA QUINTA** - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 (CDC), no Decreto Federal nº 3.722/2001, na Lei Complementar nº 123/2006 e na Lei nº 8.666/1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA PUBLICAÇÃO

15.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pela CONTRATANTE, no prazo de vinte dias 20 (vinte) dias, contados do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, correndo a despesa por sua conta.

16. CLÁUSULA **DÉCIMA SÉTIMA** - DO FORO

16.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadol, Comarca de Capanema-PR.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e Contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Capanema, XXXXXXXXXXXXXXX

AMÉRICO BELLÉ

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE CAPANEMA

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal

XXXXXXXX

Contratada



PARECER JURÍDICO Nº 05/2021

INTERESSADO: Comissão Permanente de Licitações ASSUNTO: Análise prévia do Pregão Eletrônico nº 110/2020

EMENTA: ANÁLISE PRÉVIA DA LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME EPP. AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA, DESTINADA À LAVAGEM DA ROUPARIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR. JUSTIFICATIVA E DOCUMENTOS ADEQUADOS. POSSIBILIDADE DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL. PARECER FAVORÁVEL.

1. CONSULTA:

A Pregoeira e a equipe de apoio, designados pela portaria nº. 7.531/2019 e 7.654/2020, encaminham para análise desta Procuradoria Municipal, minuta de edital de pregão eletrônico, tipo menor preço, por item, para aquisição de máquinas de lavar roupa, destinada à lavagem da rouparia das unidades de saúde do município de Capanema/Pr, conforme condições e especificações contidas no edital e seus anexos.

Constam no processo administrativo:

- I) Portarias n°s. 7.531/2019 e 7.654/2020 fls. 01/02;
- II) Solicitação da contratação fl. 03;
- III) Termo de Referência fls. 04/06;
- IV) Orçamento e pesquisa de preços fls. 07/12;
- V) Despacho de encaminhamento da Prefeita Municipal fl. 13;
- VI) Parecer do Departamento de Contabilidade fl. 14;
- VII) Minuta do edital fls. 15/37;

VIII) Anexos 02 a 04 – fls. 38/40; e, Anexo 05 (minuta da ARP) – fls. 41/48; e, Anexo 06 - (minuta contratual) – fls. 49/56. É o relatório.

2. PARECER:

Convém destacar, inicialmente, que compete a esta Procuradoria, nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/93, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico dos documentos apresentados, não cabendo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos produtos entendidos como necessários.





No entanto, oportuno destacar que a presente manifestação jurídica tem o escopo de apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar alguma providência para salvaguardar a Administração e o erário público. Assim, parte das observações aqui expendidas se constitui em recomendações e, caso a Administração opte por não acatá-las, recomenda-se motivar o ato, nos termos do art. 50, da Lei nº 9.784/99. O cumprimento ou não das recomendações decorre do exercício da competência discricionária da autoridade administrativa, a qual responde isoladamente no caso de descumprimento das recomendações deste parecer ou pela ausência de fundamentação dos atos administrativos.

Contudo, as questões que envolvem a legalidade, isto é, os requisitos previstos no ordenamento jurídico são de observância obrigatória, os quais, para não serem aplicados, deve haver motivação e justificativa plausível para tanto.

Nesse rumo, forçoso reconhecer que a análise dos aspectos técnicos dos objetos da contratação pretendida pela Administração não constitui tarefa afeta a este órgão jurídico, o que somente de forma excepcional poderemos adentrar, em razão da omissão grosseira do setor competente na descrição dos objetos ou na justificativa da contratação.

Ante as questões acima suscitadas, passaremos à análise dos aspectos relacionados à legalidade do feito.

2.1. Da licitação: do cabimento da modalidade Pregão Eletrônico

No tocante à escolha da modalidade pregão, os fundamentos estão assentados em dois fatores: (1) a possibilidade jurídica de caracterização do objeto da licitação como um bem/serviço comum, nos termos da lei 10.520/2002; e (2) a necessidade de se contratar aquele que oferece o menor valor pelo serviço/bem, dentro dos parâmetros objetivamente fixados no edital.

Nesse rumo, o Pregão é modalidade de licitação instituída pela Lei Federal n°. 10.520/2002, restrita à contratação de bens e serviços comuns, com disciplina e procedimentos próprios visando a acelerar o processo de escolha de futuros contratados da Administração em hipóteses determinadas e específicas, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei 8.666/93. A própria lei aqima





mencionada, em seu art. 1°, Parágrafo Único, esclarece o que se deve entender por "bens e serviços comuns":

"Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".

A doutrina tem muito estudado a abrangência da expressão "bens e serviços comuns", citem-se as considerações do insigne Professor José dos Santos Carvalho Filho, em sua obra "Manual de Direito Administrativo" (25ª Ed., Editora Atlas, p. 304), para quem a amplitude do termo "bens e serviços comuns" permite a adoção do pregão para praticamente todos os bens e serviços:

"Para especificar quais os bens e serviços comuns, e diante da previsão legal de ato regulamentar, foi expedido o Decreto n° 3.555, de 8.8.2000 (publ. Em 9.8.2000). No anexo, onde há a enumeração, pode constatar-se que praticamente todos os bens e serviços foram considerados comuns; poucos, na verdade, estarão fora da relação, o que significa que o pregão será adotado em grande escala".

Também o Tribunal de Contas da União, em análise quanto à abrangência do significado de bens e serviços comuns, já se manifestou diversas vezes, tais como nos acórdãos 313/2004, 2.471/2008, ambos do Plenário:

- "11. O administrador público, ao analisar se o objeto do pregão enquadra-se no conceito de bem ou serviço comum, deverá considerar dois fatores: os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital? As especificações estabelecidas são usuais de mercado? Se esses dois requisitos forem atendidos o bem ou serviço poderá ser licitado na modalidade pregão.
- 12. A verificação do nível de especificidade do objeto constitui um ótimo recurso a ser utilizado pelo administrador público na identificação de um bem de natureza comum. Isso não significa que somente os bens pouco sofisticados poderão ser objeto do pregão, ao contrário, objetos complexos também podem ser enquadrados como comuns (...)".

(Acórdão nº 313/2004 - Plenário)

"19. O entendimento de bem comum, de acordo com diversos autores, nada tem a ver com a complexidade do bem adquirido e sim com produtos que sejam comumente encontrados no mercado,



00000

Município de Capanema - PR Procuradoria-Geral

sem a necessidade de alterações específicas para o fornecimento em questão".

(Acórdão nº 2.471/2008 - Plenário)

Logo, em virtude do objeto pretendido pela Administração (Termo de Referência), bem como da verificação de existência de um mercado vasto, diversificado e capaz de identificar amplamente as especificações usuais deste objeto, infere-se que este pode ser considerado como bem comum.

2.2. Do Termo de Referência

Em licitações realizadas na modalidade pregão, é obrigatória a elaboração de Termo de Referência ou Projeto Básico, que deve dispor sobre as condições gerais de execução do contrato.

Destarte, limitando-se a examinar a presença dos elementos essenciais do documento, verifica-se que o Termo de Referência atende de maneira **suficiente** aos requisitos legais, pois fornece subsídios claros para que os licitantes elaborem as suas propostas.

Ademais, oportuno registrar a necessidade da administração se atentar no que tange às condições de recebimento do objeto e as disposições editalícias concernentes ao pagamento.

Aliás, quanto ao recebimento do objeto, calha observar que a ausência de confecção do Termo de Recebimento Provisório e Definitivo ensejará a responsabilização administrativa dos agentes e servidores públicos que se omitirem.

2.3. Da minuta do edital e do contrato

No tocante à minuta do edital, verifica-se que há a previsão das condições essenciais de procedibilidade, conforme o art. 40, da Lei 8.666/93, atendendo de forma satisfatória os requisitos da Lei 10.520/2002, bem como as disposições dos Decretos Federais n°. 3.555/2000 e 5.450/2005.

A minuta contratual contém as cláusulas obrigatórias que o caso requer, especialmente o que dispõe o art. 55, da Lei 8.666/93.



2.6. Da licitação exclusiva a ME e EPP

Consoante as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014 na Lei Complementar nº 123/2006, que dispõe no art. 47 acerca do tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas aquisições públicas, revela-se dever da administração realizar licitações destinado exclusivamente as ME's e EPP's, nas quais o valor individual dos itens de contratação sejam de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Nesse diapasão, analisando o Termo de Referência constata-se que, de fato, os itens que compõem o objeto desta licitação enquadram-se no limite individual de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), razão pela qual conclui-se acertada a realização desta licitação destinada exclusivamente as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria se manifesta favoravelmente à publicação da minuta de edital em apreço, bem como de seus anexos, ora rubricados com o intuito de identificar a documentação examinada.

Ademais, importante salientar a necessidade de publicação deste edital no portal eletrônico do Município de Capanema, em atendimento à Lei Federal 12.527/2011.

Capanema, 12 de janeiro de 2021.

Romanti Ezer Barbosa

Procurador Municipal

OAB/PR 56.675

Romanti Ezer Barbosa Procurador Jurídico de Capanema - PR Dec. nº 6001/2015 OAB/PR 56.675

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAÇÃO

Capanema - PR, 12 de janeiro de 2020

Assunto: Pregão Eletrônico nº 110/2020

DE: Prefeito Municipal

PARA: Pregoeiro e Equipe de Apoio à Licitação

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo **AUTORIZO** a licitação sob a modalidade PREGÃO ELETRÓNICO, que tem por objeto o AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA, DESTINADA À LAVAGEM DA ROUPARIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR., nos termos da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

A Comissão de Licitação é aquela nomeada pela Portaria nº 7.776 de 08 de dezembro de 2020.

Encaminhe-se ao Setor de Licitações para as providências necessárias.

Americo Bellé Prefeito Municipal



RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00110/2020-000

1 - Itens da Licitação

1 - Máquina lavar roupa

Descrição Detalhada: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA

ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Menor Preço Critério de Valor: Valor Estimado Unidade de Fornecimento: Unidade

Quantidade Total: 6

Valor Total (R\$): 9.714,00 Intervalo Mínimo entre Lances (R\$): Local de Entrega (Quantidade): Capanema/PR (6)

000042

LICI	ta	ça	0

pensa/inexigibilida ente: <u>Probução</u> lido de Cotação	Disponibilizar	Aviso de Licitação ap	enas para Divulgação		12/01/2021 15:
		igado no Portal de Compras (v	www.gov.br/compras) na data	de 14/01/2021.	
Resumo do Aviso de Licita	cão				
Órgão	***	UASG Re	sponsável		11111
96120 - ESTADO DO PAR	RANA		PREFEITURA MUNICIPAL D	E CAPANEMA	
Modalidade de Licitação	Nº da Lici tação	Forma de Realização	Característica	Modo de Dispu	ta
Pregão	00110/2020	Eletrônico	Tradicional	Aberto	
Nº do Processo	Tipo de Licitação				
110	Menor Preço				
		Quantidade de Iter	ns		
Equalização de ICMS	Internacion	nal 1			
Objeto				-	
				ai v ag	50 Av. 30 -
Data da Divulgação					
14/01/2021					
Data da Di sponibilidade do	Edital	Data/Hora	da Abertura da Licitação		. 1
44/04/0004	100.00	00/04	10004		
A partir de 14/01/2021	às 08:00	Em 26/01	/2021 às 08:30		
A partir de 14/01/2021	às 08:00	Em 26/01	/2021 às 08:30	Mayora ediposa haris harifundamenta en en en en elementa en elementa de en elementa de en elementa de elementa	
		Em 26/01	/2021 às 08:30		
		Em 26/01	/2021 as 08:30		-
A partir de 14/01/2021 Disponibilizar apenas p		Em 26/01 Aviso de Licitação	/2021 as 08:30		
			/2021as 08:30		
			/2021as 08:30		
			/2021 às 08:30		
			/2021as 08:30		
			/2021as 08:30	-	
			/2021 as 08:30		
			/2021 às 08:30		
			/2021as 08:30	-	
			/2021 às 08:30		
			/2021as 08:30		
			/2021 as 08:30		
			/2021 as 08:30		
			/2021 as 08:30		
			/2021 as 08:30		
			/2021 as 08:30		
			/2021 as 08:30		

0000

AVISO DE LICITAÇÃO ATO PREGÃO ELETRÔNICO № 110/2020

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir: Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO nº110/2020. Tipo de Julgamento: Menor preço Por Item. Modo de Disputa: Aberto Objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA, DESTINADA À LAVAGEM DA ROUPARIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR.. R\$ 9.714,00 Nove Mil, Setecentos e Quatorze Reais). Abertura das propostas: Horas do dia 26/01/2021. https://www.comprasgovernamentais.gov.br demais informações podem ser adquiridas na Prefeitura Municipal de Capanema, sito a Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080- Capanema - Paraná - Centro e também no site www.capanema.pr.gov.br. Capanema, 12/01/2021

Capanema, 12/01/2021 Roselia Kriger Becker Pagani Pregoeira

000/243

inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.404.802/0001-09, situada a RUA DO POMAR, SN JARDIM ATLANTICO - CEP: 68385000 - BAIRRO: , cidade de Tucumā/PA, neste ato representada pelo(a) Sr(a)RAILSON DE LIMA BRITO, inscrito(a) no CPF nº 030.428.691-56, residente e domiciliado(a) em RUA DO POMÁ, SN JARDIM ATLANTICO - CEP: 68385000 - BAIRRO: , na cidade de Tucumā/PA na qualidade de CONTRATADA, têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual, referente ao Processo Licitatório Pregão 74/2020, Ata de Registro de Preços nº 443/2020, em conformidade com a cláusula nona, item 9.2.1. Por razões de interesse público da Ata de Registro de Preços firmada em 24/09/2020, resolvendo rescindir o referida Ata, mediante as cláusulas e Condições Seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA RESCISÃO

Tendo em vista a Ata de Registro de Preços de Aquisição de Bens nº 443/2020, celebrado entre as partes em 24/09/2020, referente a Pregão Eletrônico 74/2020, cujo o objeto é a AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DIVERSOS PARA OS INTEGRANTES SCFV ATRAVÉS DA PORTARIA 378 INCREMENTO PROVISÓRIO PARA AS AÇÕES SOCIO-ASSISTENCIAIS, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, em conformidade com a Manifestação Jurídica datada de 11/01/2021, fica rescindida a presente Ata de Registro de Preços.

CLAUSULA SEGUNDA- DO VALOR

O Valor da Rescisão da Ata de Registro de Preços é de R\$ 872,00 (Oitocentos e Setenta e Dois Reais)

Capanema-PR, 12 de janeiro de 2021

AMÉRICO BELLÉ Prefeito Municipal MUNICÍPIO DE CAPANEMA Contratante

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2021

Ratifico em todos os seus termos e reconheço a Inexigibilidade de Licitação para o AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E MATERIAIS DIVERSOS, NOVOS, PARA VEÍCULO ÓNIBUS VW MASCA/ROMA 41 LUGARES, CHASSI 9532K82W5KR914371, DIESEL, NÚMERO DE FROTA 175, PLACA BCV-4B16 PERTENCENTE A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR, JUNTAMENTE COM A MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA REALIZADA POR CENCESSIONÁRIA AUTORIZADA VOLKSWAGEN PARA O SERVIÇO DE REVISÃO PREVENTIVA DE 100.000 KM RODADOS, RECOMENDADA PELO FABRICANTE..., conforme parecer Jurídico fundamentado no art. 25, incisos I e II da Lei 8.666/93.

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes

II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

VALOR TOTAL: R\$ 6.927,95 (Seis Mil, Novecentos e Vinte e Sete Reais e Noventa e Cinco Centavos

ttem	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo tota
ī	ADITIVO	12,00	UN	75,29	903,48
2	CORREIA MOTOR	1,00	UN	165,88	165,88
1	ELEMENTO FILTRANTE COM- BUSTÍVEL	1,00	UN	138,71	138,71
4	ELEMENTO FILTRANTE DO DIESEL	1,00	UN	85,60	85,60
5	ELEMENTO FILTRANTE DO ÓLEO	1,00	UN	145,81	145,81
6	FILTRO DE AR	1,00	UN	89,60	89,60
7	LUBRIFICANTE SINTETICO 10W40	28,00	UN	30,78	861,84
5	MÃO DE OBRA PARA REAL- IZAÇÃO DO SERVIÇO	1,00	UN	3.888,00	3.888,00
4)	ÚLEO DIF. 85W140	20,00	UN	21,53	430,60
18	OLFO TRANSMISSOR 80W	9,00	UN	24,27	218.43

Capanema, 12 de Janeiro de 2021

Américo Bellé Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2021

Processo inexigibilidade Nº 01/2021 Data da Assinatura: 12/01/2021.

Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: ICAVEL VEICULOS LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E MATERIAIS DIVERSOS, NOVOS, PARA VEÍCULO ÓNIBUS VW MASCA/ROMA 41 LUGARES, CHASSI 9532K82W5KR914371, DIESEL, NÚMERO DE FROTA 175, PLACA BCV-4B16 PERTENCENTE A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR, JUNTAMENTE COM A MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA REALIZADA POR CENCESSIONÁRIA AUTORIZADA VOLKSWAGEN PARA O SERVIÇO DE REVISÃO PREVENTIVA DE 100.000 KM RODADOS, RECOMENDADA PELO FABRICANTE.

Valor total: R\$6.927,95 (Seis Mil, Novecentos e Vinte e Sete Reais e Noventa e Cinco Centavos).

Américo Bellé Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

ATO PREGÃO ELETRÔNICO № 109/2020

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir: Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO nº109/2020. Tipo de Julgamento: Menor preço Por Item. Modo de Disputa: Aberto

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES PARA FOR-MAÇÃO DE KITS DE FORMA A SUPRIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ED-UCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR – PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS.. R\$ 96.813,60 Noventa e Seis Mil, Oitocentos e Treze Reais e Sessenta Centavos). Abertura das propostas: 08:30 Horas do dia 27/01/2021. Local: https://www.comprasgovernamentais.gov.br, demais informações podem ser adquiridas na Prefeitura Municipal de Capanema, sito a Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080– Capanema – Paraná – Centro e também no site www.capanema.pr.gov.br.

Capanema, 12/01/2021

Roselia Kriger Becker Pagani

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO

ATO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2020

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizara Processo Licitatório, nos termos a seguir: Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO nº110/2020. Tipo de Julgamento: Menor preço Por Item. Modo de Disputa: Aberto

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÂQUINAS DE LAVAR ROUPA, DESTINADA À LAVAGEM DA ROUPARIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR.. R\$ 9.714,00 Nove Mil, Setecentos e Quatorze Reais). Abertura das propostas: 08:30 Horas do dia 26/01/2021. Local: https://www.comprasgovernamentais.gov.br , de-

00000

mais informações podem ser adquiridas na Prefeitura Municipal de Capanema, sito a Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080- Capanema - Paraná - Centro e também no site www.capanema.pr.gov.br. Capanema, 12/01/2021

Roselia Kriger Becker Pagani

Pregoeira

AVISO DE SUSPENSÃO DA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2020 O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que SUSPENDE o Processo Licitatório, nos termos a seguir:

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO nº107/2020

Tipo de Julgamento: Menor preço por Lote.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE AUTOMÓVEIS PARA MA-NUTENÇÃO DA FROTA PRÔPRIA DO MUNICÍPIO DE CAPA-NEMA – PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PRECOS

Valor: R\$ 4.510.102,10 (Quatro Milhões, Quinhentos e Dez Mil, Cento e Dois Reais e Dez Centavos)

FICA SUSPENSO O PREGÃO ELETRÔNICO Nº107/2020 PARA READEQUAÇÃO conforma solicitação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Capanema-PR, 13 de janeiro de 2021

AMÉRICO BELLÉ- PREFEITO MUNICIPAL

DECRETOS

DECRETO Nº 6.848, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020.

Abre Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 757.700,00.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto na Lei Municipal nº 1.722, de 22 de novembro de 2019 e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os Créditos Adicionais Suplementares no valor de R\$ 757.700,00 (setecentos e cinquenta e sete mil e setecentos reais), conforme classificação funcional programática abaixo:

ÓRGÃO: 03.00-ASSESSORIAS

UNIDADE: 03.01 - ASSESSORIA JURÍDICA

ATIVIDADE: 04.092.0402.2-021 - ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURÍDICA

CONTA/ELEMENTO: 190 - 31.90.94.00.00 - INDENIZAÇÕES E RES-TITUIÇÕES TRABALHISTAS

FONTE RECURSO: 000 - RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES - EX-ERCÍCIO CORRENTE

VALOR: R\$ 2.000,00 (recurso por cancelamento)

ÓRGÃO: 03.00-ASSESSORIAS

UNIDADE: 03.03 - PROCURADORIA GERAL

ATIVIDADE: 04.092.0402.2-017 - ATIVIDADES DA PROCURA-DORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CONTA/ELEMENTO: 230 - 31.90.16.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL

FONTE RECURSO: 000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EX-ERCÍCIO CORRENTE

VALOR: R\$ 2.000,00 (recurso por cancelamento)

ÓRGÃO: 05.00-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO UNIDADE: 05.01 — SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ATIVIDADE: 04.122.0402.2-023 — ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTA/ELEMENTO: 360 - 31.90.16.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL

FONTE RECURSO: 510 - TAXAS - EXERCÍCIO PODER DE POLÍ-CIA - EXERCÍCIO CORRENTE

VALOR: R\$ 2.500,00 (recurso por cancelamento)

ÓRGÃO: 06.00-SECRETARIA DE FINANÇAS

UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO CONTÁBIL E FINANCEIRO ATIVIDADE: 04.123.0403.2-033 – ATIVIDADES DO DEPARTAMEN-TO CONTÁBIL E FINANCEIRO

CONTA/ELEMENTO: 620 - 31.90.11.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

FONTE RECURSO: 000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EX-ERCÍCIO CORRENTE

VALOR: R\$ 8.000,00 (recurso por cancelamento)

CONTA/ELEMENTO: 630 - 31.90.16.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL

FONTE RECURSO: 000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EX-ERCÍCIO CORRENTE

VALOR: R\$ 5.000,00 (recurso por cancelamento)

ÓRGÃO: 07.00-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ES-PORTES

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

ATIVIDADE: 12.361.1201.2-102 – ATIV. DO ENSINO FUNDAMEN-TAL – MANUTENÇÃO

CONTA/ELEMENTO: 690 - 31.90.11.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

FONTE RECURSO: 103 – 5% SOBRE TRANSF. CONSTITUC. FUNDEB – EXERCÍCIO CORRENTE

VALOR: R\$ 122.000,00 (recurso por cancelamento)

CONTA/ELEMENTO: 700 - 31.90.11.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

FONTE RECURSO: 104 – DEMAIS IMP VINC EDUC BÁSICA – EX-ERCÍCIO CORRENTE

VALOR: R\$ 43.000,00 (recurso por cancelamento)

CONTA/ELEMENTO: 710 - 31.90.13.00.00 — OBRIGAÇÕES PATRONAIS

FONTE RECURSO: 000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EXERCÍCIO CORRENTE

VALOR: R\$ 12.000,00 (recurso por cancelamento)

CONTA/ELEMENTO: 730 - 31.90.13.00.00 – OBRIGAÇÕES PA-TRONAIS

FONTE RECURSO: 104 – DEMAIS IMP VINC EDUC BÁSICA - EX-ERCÍCIO CORRENTE

VALOR: R\$ 3.500,00 (recurso por cancelamento)

CONTA/ELEMENTO: 760 - 31.90.16.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL

FONTE RECURSO: 104 - DEMAIS IMP VINC EDUC BÁSICA - EX-ERCÍCIO CORRENTE

VALOR: R\$ 7.000,00 (recurso por cancelamento)

ÓRGÃO: 07.00-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ES-PORTES

UNIDADE: 07.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

ATIVIDADE: 12.365.1202.2-118 – EDUCAÇÃO INFANTIL

CONTA/ELEMENTO: 1090 - 31.90.11.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - P CIVIL

FONTE RECURSO: 000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EX-ERCÍCIO CORRENTE

VALOR: R\$ 80.000,00 (recurso por cancelamento)

CONTA/ELEMENTO: 1100 - 31.90.13.00.00 — OBRIGAÇÕES PATRONAIS

FONTE RECURSO: 000 - RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES - EX-ERCÍCIO CORRENTE

VALOR: R\$ 77.000,00 (recurso por cancelamento)





Voltar

Município (GO CATALLEY				
Entidade Executora					
	campos Ano,Nº e Modalidade devem ser iguais aos informados (à informar) no SIM-AM				
Ano*	2020	or iguals dos imprinados (a imprinal) no saman			
Modalidade*	Pregão	v			
o licitação/dispensa/inexiglbilidade*	110				
A licitação utiliza estes recursos?		nos internacionals/multilaterals de crédito			
Número edital/processo*	110				
Descrição do Objeto*	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPARIA DAS UNIDADES DE SAÚDE				
Forma de Avalição	Menor Preço	v			
Forma de Avalição Dotação Orçamentária*	Menor Preço 0900110301100120812251449052	Y			
		•			
Dotação Orçamentária* eço máximo/Referência de preço -	0900110301100120812251449052 9.714,00				
Dotação Orçamentária* reço máximo/Referência de preço - R\$*	0900110301100120812251449052 9.714,00				
Dotação Orçamentária* eço máximo/Referência de preço - R\$* Data de Lançamento do Edital	0900110301100120812251449052 9.714,00 13/01/2021				
Dotação Orçamentária* eço máximo/Referência de preço - R\$* Data de Lançamento do Edital	0900110301100120812251449052 9.714,00 13/01/2021 26/01/2021	Sim ♥			
Dotação Orçamentária* reço máximo/Referência de preço - R\$* Data de Lançamento do Edital Data da Abertura das Propostas	0900110301100120812251449052 9.714,00 13/01/2021 26/01/2021 Há itens exclusivos para EPP/ME?	Sim ✓ Percentual de participação: 25,00			

CPF: 63225824968 (Logout)

Constituent





Ministério da Economia Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:

MEI:

31.743.096/0001-01

DUNS®:

946530670

Razão Social:

DE SOUZA ELETROMOVEIS EIRELI

Nome Fantasia:

Situação do Fornecedor: Credenciado

Data de Vencimento do Cadastro: 26/05/2021

Natureza Jurídica:

EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE

NATUREZA EMPRESÁRIA) Não

Porte da Empresa:

Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:

Nada Consta

Impedimento de Licitar:

Nada Consta

Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta

Vínculo com "Serviço Público":

Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

- I Credenciamento
- II Habilitação Juridica
- III Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN Validade: 23/05/2021 Validade: **FGTS** 30/01/2021 Validade: Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao) 21/05/2021

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Validade: 26/07/2020 (*) Receita Estadual/Distrital Receita Municipal Validade: 25/08/2020 (*)

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: 30/06/2020 (*)

Emitido em: 26/01/2021 09:11

CPF: 632.258.249-68 Nome: ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI

Ass:

1 de



DE SOUZA ELETROMÓVEIS EIRELI

CNPJ: 31 743 096/0001-01 - I.E.: 260.501.972

Rua Minas Gerais, N.º: 55 - Centro, Campo Ere - SC - CEP.: 89.980-000

desouzaeletro@hotmail.com - 46 99974 2031

ANEXO – II PROPOSTA COMERCIAL

A empresa De Souza Eletromoveis Eireli, estabelecida na Rua Minas Gerais, 53 — Centro — Campo Ere, SC, inscrita no CNPJ sob nº 31.743.096/0001-01, neste ato representada por Valdir de Souza, RG 3.746.312, CPF 788.322.769-68, residente rua Minas Gerais, 53, propõe fornecei à Prefeitura Municipal de Capanema, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº 110/2020, conforme abaixo discriminado:

Lote	Quant	Descrição	Marca	valor unit	Valor total
1	6	MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMATICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.		1208,33	7.249,98

A preponente cumpre todos os termos da Nota de Empenho a ser firmada com a vencedora do certame.

Validade desta proposta é de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias), contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.

Prazo máximo de entrega dos produtos será de acordo com o ANEXO I do edital.

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

DE SOUZA ELETROMÓVEIS EIRELI CNPJ 31.743.096/0001-01 Rua Minas Gerais, 55- Centro 89980-000- Campo Ere- PR

Campo Ere, 26 de janeiro de 2021

De Souza Eletromóveis Eireli

Viviani Carla Dalfovo

Procuradora

RG: 10 169 458-5 - CPF: 076 .674.989-46

ALTERAÇÃO Nº 01 DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI DE SOUZA ELETROMÓVEIS EIRELI



PÁGINA 1/3

Pelo presente instrumento particular de Alteração:

VALDIR DE SOUZA, brasileiro, divorciado, empresário, natural da cidade de Santo Antônio do Sudoeste — PR, data de nascimento 29/01/1966, portador da Carteira de Identidade (RG): n° 3.746.312, expedida por SSP/SC em 09/12/1994 e CPF: n° 788.322.769-68, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Sudoeste — PR, na Estrada Municipal Cerro Negro, s/n°, Interior, CEP: 85710-000;

Titular da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, sob o nome empresarial de **DE SOUZA ELETROMÓVEIS EIRELI**, estabelecida à Rua Monte Everest, nº 22, Letra B, Colina de Laranjeiras, Serra - ES, CEP: 29167092, e devidamente registrada na JUCEES sob NIRE 32.6.0022492-5, e inscrição no CNPJ sob n.º 31.743.096/0001-01, delibera e ajusta a presente alteração, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - DA SEDE

A empresa resolve alterar sede e domicílio fiscal para Rua Minas Gerais, nº 53, Centro, Campo Erê - SC, CEP: 89.980-000.

CLAUSULA II - CONSOLIDAÇÃO

Em virtude das alterações acima, o ato constitutivo reger-se-á a partir desta data pelas clausulas seguintes:

ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI DE SOUZA ELETROMÓVEIS EIRELI

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL

A empresa girará sob o nome empresarial de DE SOUZA ELETROMÓVEIS EIRELI.

CLÁUSULA II - DA SEDE

A empresa tem sede e domicílio fiscal na Rua Minas Gerais, nº 53, Centro, Campo Erê - SC, CEP: 89.980-000.

CLÁUSULA III - DAS FILIAIS

A empresa poderá estabelecer filiais, agências ou sucursais em qualquer ponto do território nacional ou fora dele, mediante alteração assinada pelo titular da empresa.

CLÁUSULA IV - DO OBJETO

A empresa terá o seguinte objeto: COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS E DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO

E exercerá as seguintes atividades:

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
Certifico o Registro em 16/03/2020
Arquivamento 42600644281 Protocolo 204507731 de 13/03/2020 NIRE 42600644281
Nome da empresa DE SOUZA ELETROMOVEIS EIRELI

16/03/2020

Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx Chancela 311711727193448

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

ALTERAÇÃO Nº 01 DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI DE SOUZA ELETROMÓVEIS EIRELI



PÁGINA 2/3

CNAE Nº 4754-7/01 - Comércio varejista de móveis CNAE Nº 4753-9/00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo

CLÁUSULA V - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO

A empresa iniciará suas atividades em 13/09/2018 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA VI - DO CAPITAL

O capital será de R\$ 95.400,00 (noventa e cinco mil e quatrocentos reais), representado por uma única quota de igual valor nominal, totalmente integralizada neste ato, em moeda corrente do País.

NÃO CLÁUSULA VII - DA NOMEAÇÃO DE ADMINISTRADOR **TITULAR** Fica nomeada administradora não titular da empresa FRANCIELI CARDOSO SOUZA COMIRAN, brasileira, casada sob o regime comunhão universal de bens, administradora, natural da cidade de Santo Antônio do Sudoeste - PR, data de nascimento 21/09/1987, portadora da Carteira de Identidade (RG): nº 8.414.224-7, expedida por SSP/PR em 19/08/2014 e CPF: n° 066.467.489-50, residente domiciliado na cidade de Realiza - PR, na Rua Mantiqueira, nº 3770, Centro Cívico, CEP: 85770-000.

CLÁUSULA VIII - DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da empresa será exercida por FRANCIELI CARDOSO DE SOUZA COMIRAN e VALDIR DE SOUZA, que assinarão em conjunto e/ou isoladamente, todos com os poderes e atribuições de representar a empresa ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no autorizado o uso do nome empresarial, sempre no interesse da empresa, vedado, entretanto, em negócios estranhos aos fins sociais em assuntos de interesse da empresa, podendo assinar quaisquer documentos de comum acordo em todos os órgãos públicos, contrair empréstimos em estabelecimentos bancários.

CLÁUSULA IX - DO EXERCÍCIO EMPRESARIAL

O exercício empresarial será coincidente com o ano-calendário e a todo dia 31 de dezembro de cada ano, será procedido o levantamento do balanço do exercício, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão suportados pelo titular de acordo com o capital, na forma prevista do artigo 1.065 do Código Civil.

CLÁUSULA X - DA DECLARAÇÃO DE NÃO PARTICIPAÇÃO EM OUTRA EIRELI O titular VALDIR DE SOUZA declara, sob as penas da lei, que não figura como titular de nenhuma outra empresa nesta modalidade.

A validade deste documento, se <mark>impresso,</mark> fica sujeito à comprovação do sua autenticidade nos respectivos portar*o* informando Seus respectivos códigos de verificação



16/03/2020

ALTERAÇÃO Nº 01 DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI DE SOUZA ELETROMÓVEIS EIRELI

PÁGINA 3/3

CLAUSULA XI - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA XII - PORTE EMPRESARIAL

Declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei, o enquadramento da empresa como Empresa de Pequeno Porte, onde a receita bruta anual da empresa não excederá ao limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4° do art. 3° da mencionada lei. Em atendimento ao disposto na Lei Complementar no 123/2006.

CLÁUSULA XIII - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Serra - ES, para qualquer ação fundada neste ato constitutivo, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estar assim constituído, assino o presente instrumento particular que foi lavrado em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.

> VALDIR DE SOUZA Titular/Administrador

Serra - ES, 04 de março de 2020

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação



16/03/2020





MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa DE SOUZA ELETROMÓVEIS EIRELI consta assinado digitalmente por:

IDENT	IFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF	Nome	
78832276968		

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprov**ação** de **sua aute**nticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de **ve**rificação.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 16/03/2020

Certifico o Registro em 16/03/2020 Arquivamento 42600644281 Protocolo 204507731 de 13/03/2020 NIRE 42600644281 Nome da empresa DE SOUZA ELETROMOVEIS EIRELI

Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx Chancela 311711727193448

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/03/2020 por Blasco Borges Barcellos « Secretario-geral





AUTENTICAÇÃO DO REGISTRO DIGITAL

A Junta Comercial do Estado do Espirito Santo certifica que em 09/03/2020, foi realizado para a empresa DE SOUZA ELETROMÓVEIS EIRELI, o registro de eventos para o(s) seguinte(s) estabelecimento(s), conforme segue:

Protocolo	Arquivamento	Ato/Evento	Nire	CNPJ	Endereço
200121154	20200121154			31.743.096/0001-01	Rua minas gerais, 53

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação



16/03/2020





TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	DE SOUZA ELETROMOVEIS EIRELI	
PROTOCOLO	204507731 - 13/03/2020	
ATO	002 - ALTERACAO	
EVENTO	039 - INSCRICAO DE TRANSFERENCIA DE SEDE DE OUTRA UF	

MATRIZ

NIRE 42600644281 CNPJ 31.743.096/0001-01 CERTIFICO O REGISTRO EM 16/03/2020 SOB N: 42600644281

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 78832276968 - VALDIR DE SOUZA





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 31.743.096/0001-01 MATRIZ		INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO DATA DE ABERTURA 11/10/2018
NOME EMPRESARIAL DE SOUZA ELETROMOV	EIS EIRELI	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO	(NOME DE FANTASIA)	PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVI 47.53-9-00 - Comércio va		lomésticos e equipamentos de áudio e vídeo (Dispensada *)
47.51-2-01 - Comércio va 47.54-7-01 - Comércio va 47.54-7-02 - Comércio va 47.61-0-03 - Comércio va	VIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS trejista especializado de equipa trejista de móveis (Dispensada trejista de artigos de colchoaria trejista de artigos de papelaria (trejista de brinquedos e artigos	(Dispensada *) (Dispensada *)
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATU 230-5 - Empresa Individu	JREZA JURÍDICA Jal de Responsabilidade Limitad	da (de Natureza Empresári
LOGRADOURO R MINAS GERAIS		NÚMERO 55 COMPLEMENTO BRCAO 01
CEP 89.980-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO / CAMPO ERE	MUNICÍPIO CAMPO ERE SC
ENDEREÇO ELETRÔNICO DESOUZAELETRO@HO	TMAIL.COM	TELEFONE (46) 9974-2031
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ\ *****	/EL (EFR)	
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/10/2018
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTI	RAL	
SITUAÇÃO ESPECIAL		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 25/01/2021 às 11:25:44 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Prefeitura Municipal de Campo Ere Rua 1º de Maio, 736 - Centro CEP:89980-000 CNPJ:83.026.765/0001-28 E-mail:administração@campoere.sc.gov.br Telefone: (49)3655 1238 Fax: (49)3655 1238

CND n.°.

2021 163

Protocolo:

Nº Autenticidade:

209899770209899

POSITIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS COM EFEITO DE NEGATIVA

DADOS DO IMÓVEL / SUJEITO PASSIVO

Nome/Razão Social:

DE SOUZA ELETROMÓVEIS EIRELI

Endereço:

RUA MINAS GERAIS

53

Bairro:

CENTRO

Município: CAMPO ERÊ

UF:

CPF/CNPJ:

31.743.096/0001-01

Descrição dos Débitos

Cadastro:

T.LIC.LOC.PERMANEN 36230

286,19

140,23

FINALIDADE DA CERTIDÃO²

36230

ALVARA SANITARIO

Em Ge

CERTIFICAMOS, atendendo despacho do Exmo.sr. Prefeito Municipal que, Constam débitos não vencidos em relação aos Tributos Municipais, ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar qualquer divida de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta Secretaria Municipal da Fazenda, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos em Divida Ativa do Municipio administrados pela Procuradoria Geral do Municipio, e/ou que não esteja em submeti mento pela Procuradoria Geral do Municipio.

OBS.: QUALQUER EMENDA OU RASURA TORNARÁ NULO O PRESENTE DOCUMENTO.

VALIDADE: 25/04/2021

Para consultar autenticidade visite a pagina www.campoere.sc.gov.br e clique no icone ARcidadão.

contados a partir de: ^{25/01/2021} PRAZO DE VALIDADE: Esta certidão é válida: 25/04/2021



Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Receita Estadual do Paraná



Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 023363207-60

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 31.743.096/0001-01

Nome: CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 25/05/2021 - Fornecimento Gratuito

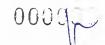
A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet www.fazenda.pr.gov.br



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Comarca de Campo Erê



<u>C E R T I D Ã O</u> FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 8061150

FOLHA: 1/1

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Campo Erê, com distribuição anterior à data de 24/01/2021, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

OBSERVAÇÕES:

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico http://www.tjsc.jus.br/portal, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 Recuperação Extrajudicial e 20331 Homologação de Recuperação Extrajudicial.
- ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço https://certeproc1g.tjsc.jus.br

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Campo Erê, segunda-feira, 25 de janeiro de 2021.

PEDIDO Nº:





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENV. ECONÔMICO SUSTENTÁVEL JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Número de Identificação do Registro de	CNPJ	Data de Arquivamento do	Data de Início
Empresas - NIRE (Sede)		Ato Constitutivo	de Atividade
42 6 0064428-1	31.743.096/0001-01	16/03/2020	13/09/2018
Endereço Completo (Logradouro, № e Complemento, B	2 1 2 1 2 1 2 1 2 1 2 1 2 1 2 1 2 1 2 1		
RUA MINAS GERAIS, 55-BRCAO:01, CENTRO / CAMPO	DERE, CAMPO ERÊ, SC, 89.980-000		
Objeto Social COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO AR-CONDICIONADO); COMERCIO VAREJISTA VAREJISTA DE MOVEIS (INCLUINDO MOVEIS S VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA; -COMERCI	A ESPECIALIZADO DE EQUIPAMEN OB-MEDIDA); COMERCIO VAR	REJISTA DE ARTIGOS DE COL	E VÍDEO (INCLUSIV FORMÁTICA; - COMERC CHOARIA; - COMERC
Capital: R\$ 95.400,00 (NOVENTA E CINCO MIL E QUATROCENTOS REAIS) Capital Integralizado: R\$ 95.400,00	E	Microempresa ou npresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)	Prado de Duração
(NOVENTA E CINCO MIL E QUATROCENTOS REAIS)	2.3	Empresa de pequeno porte	Indeterminado
Titular Nome/CPF	Administrador	Início do Mandato	Término do Mandato
VALDIR DE SOUZA	I sim	16/03/2 020	XXXXXXXXX
788.322.769-68			901
Administrador Nomeado/Termino do Mandato	TO ME WELL	P Marin	
Nome/CPF	TON DO	The Court	Término do Mandato
VALDIR DE SOUZA 788.322.769-68			XXXXXXXXXX
Último Arquivamento	11/1/2010	SILL A MILE	Situação
Data: 15/07/2020 Número	20203714709	A M TO MY	REGISTRO ATIVO
Ato: ALTERAÇÃO		" I TO THE SE	Status
AND METERNAND	1/1	A SECULAR PROPERTY AND ADDRESS OF THE PARTY	XXXXXXXXXXXX
Evento(s): ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME	CHARGE OF THE STATE OF THE STAT	A STATE OF THE STA	**********

Florianópolis - SC, quarta-feira, 13 de janeiro de 2021

RENATA DA SILVA WIEZORKOSKI

Eu.

Conferi e assino.

SECRETÁRIA GERAL EM EXERCÍCIO

Certisign - Autoridade Certificadora Certificado pelo Instituto Nacional de Tecnologia de Informática



Presidência da República Casa Civil Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Documento Assinado Digitalmente 13/01/2021 Junta Comercial de Santa Catarina CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC www.jucesc.sc.gov.br/certificado

DE SOUZA ELETROMÓVEIS EIRELIO DE SOUZA ELETROMÓVEIS ELE

CNPJ: 31 743 096/0001-01 - I.E.: 260.501.972

Rua Minas Gerais, N.º: 55 - Centro, Campo Ere - SC - CEP.: 89.980-000

desouzaeletro a hotmail.com - 46 99974 2031

ANEXO III

Declaração Unificada

Á pregoeira e equipe de apoio Prefeitura Municipal de Capanema, Estado do Paraná

PREGÃO ELETRONICO Nº 110/2020

Pelo presente instrumento, a empresa De Souza Eletrômoveis Eireli, CNPJ nº 31 743 096/0001-01 com de na Rua Minas Gerais, 55, Centro, Campo Ere - SC, através de seu representante legal infra-assinado, que:

Declaramos, para os tins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr. Valdir de Souza, Portador(a) do RG sob nº 3.746.312 e CPF nº 788.322.769-68, cuja função/cargo é sócio administrador, responsável pela assinatura do Contrato.

Declaramos para os devidos fins que NENHUM sócio desta empresa exerce cargo ou função pública apeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: desouzaeletro@hotmail.com

Telefone: (46) 99974-2031

DE SOUZA ELETROMÓVEIS EIRELI CNPJ 31.743.096/0001-01 Rua Minas Gerais, 55- Centro \$9980-000- Campo Ere- PR

DE SOUZA ELETROMÓVEIS EIRELI

CNPJ: 31 743 096/0001-01 - I.E.: 260.501.972

Rua Minas Gerais, N.º: 55 - Centro, Campo Ere - SC - CEP.: 89.980-000

desouzaeletro chotmail.com - 46 99974 2031



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa DE SOUZA ELETROMOVEIS EIRELI, CNPJ nº 31 743 096/0001-01 é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Eletronico nº 110/2020, realizado pelo Município de Capanema – PR.

Campo Erê, 25 de janeiro de 2021

De Souza Eletromóveis Eireli

Viviani Carla Dalfovo

Procuradora

RG: 10 169 458-5 - CPF: 076 .674.989-46

UE SOUZA ELETROMÓVEIS EIRELI CNPJ 31.743.096/0001-01 Rua Minas Gerais, 55- Centro 89980-000- Campo Ere- PR

DE SOUZA ELETROMÓVEIS EIRELI

CNPJ: 31 743 096/0001-01 - I.E.: 260.501.972

Rua Minas Gerais, N.º: 55 - Centro, Campo Ere - SC - CEP.: 89.980-000

00/100

desouzaeletro u hotmail.com - 46 99974 2031

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos o senhor(a) Viviani Carla Dalfovo, portador(a) do CPF/MF sob n.º 076 674 989-46, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Contrato, referente ao Pregão eletronico n.º 110/2020 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

Campo Ere, 25 de janeiro de 2021

DE SOUZA ELETROMÓVEIS EIRELI CNPJ 31.743.096/0001-01 Rua Minas Gerais, 55- Centro 89980-000- Campo Ere- PR

De Souza Eletromóveis Eireli

Viviani Carla Dalfovo Procuradora

RG: 10 169 458-5 - CPF: 076 .674.989-46



987487.1102020 .3208 .4430 .988611300



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

Ata de Realização do Pregão Eletrônico

Nº 00110/2020

Às 08:32 horas do dia 26 de janeiro de 2021, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal PORTARIA Nº 7776/2020 de 01/01/2021, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 110, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00110/2020. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Máquinas de Lavar Roupas, Destinadas a lavagem da rouparia das Unidades de Saúde do Município de Capanema PR. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1

Descrição: MÁQUINA LAVAR ROUPA

Descrição Complementar: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNI 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada Quantidade: 6

Valor Estimado: R\$ 9.714,0000 Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,01

Unidade de fornecimento: Unidade

Situação: Aceito e Habilitado com intenção de recurso

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Aceito para: DE SOUZA ELETROMOVEIS EIRELI, pelo melhor lance de R\$ 7.250,0000.

Histórico

Item: 1 - MÁQUINA LAVAR ROUPA

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas. (As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor E	ME/EPP quiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
11.399.644/0001-10	R C FERREIRA & CIA LTDA	Sim	Sim	6	R\$ 1.550,0000	R\$ 9.300,0000	15/01/2021 15:48:14
	Marca: ELETROLUX Fabricante: ELETROLUX Modelo / Versão: LESO	•					
	Descrição Detalhada CAPACIDADE MÍNIMA E CENTRIFUGAÇÃO, DISP POLIPROPILENO ESPECIA Porte da empresa: ME/	DE 8 KG DI ENSER PARA AL, CLASSIFI	E ROUPAS, C A SABÃO, LA'	ÒM FUNÇÕES VAG E M PELO	DE LAVAGEM R. MENOS DE 3 N	ÁPIDA, TURBO, I VÍVEIS DE ÁGUA	2 ENXAGUES, , CESTO EM
27.810.689/0001-76	TECNOBRASIL SERVICE LTDA	Sim	Sim	6	R\$ 1.564,0000	R\$ 9.384,0000	25/01/2021 18:40:55
	Marca: Electrolux Fabricante: Electrolux Modelo / Versão: LES0	9					
	Descrição Detalhada d Porte da empresa: ME/		ertado: Lavado	ora de Roupas I	Electrolux 8,5KG E	ssential Care '	alts
28.038.169/0001-50	LILIAN MICHELLE RIECK TAVARES	Sim	Sim	6	R\$ 1.609,0000	R\$ 9.654,00	,21 ;24
	Marca: COLORMAQ Fabricante: COLORMAQ Modelo / Versão: LCA1						

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES,

CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MÈSES.

Porte da empresa: ME/EPP

27.390.535/0001-72 MUNDIAL

REFRIGERACAO FIRFLI

Sim

6

R\$ 1.618,9900 R\$ 9.713,9400 21/01/2021

15:37:47

Marca: Electrolux Fabricante: Electrolux Modelo / Versão: LAC09

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILEÑO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Marca: Electrolux Modelo: LAC09 Porte da empresa: ME/EPP

38.334.935/0001-87 DANI BRINDES, UNIFORMES E EPIS

EIRELI

Sim

Sim

6

R\$ 1.619,0000 R\$ 9.714,0000 20/01/2021

17:05:19

Marca: MUELLER Fabricante: MUFLLER

Modelo / Versão: AUTOMÁTICA ENERGY BRANCA 8 KG 110V

Sim

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Porte da empresa: ME/EPP

03.958.284/0001-11 POTENCIA SOM E

INFORMATICA LTDA

Sim

Sim

Sim

R\$ 1.619,0000 R\$ 9.714,0000 25101/2021 6

1:47

Marca: Electrolux Fabricante: Electroolux Modelo / Versão: LAC 09

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGÉM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Porte da empresa: ME/EPP

31.743.096/0001-01 DE SOUZA

ELETROMOVEIS

Sim

6

R\$ 1.619,0000 R\$ 9.714,0000 25/01/2021

11:05:43

EIRELI

Marca: mueller Fabricante: mueller

Modelo / Versão: energy

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Porte da empresa: ME/EPP

37,658,173/0001-01 MAB **EQUIPAMENTOS** Sim

Sim

6

R\$ 1.619,0000 R\$ 9.714,0000 25/01/2021

15:44:09

EIRELI

Marca: mueller

Fabricante: mueller

Modelo / Versão: energy 8 kg

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGÉM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Porte da empresa: ME/EPP

23.208.599/0001-59 HIEL COMERCIO E SERVICOS EM

Sim

Sim

6

R\$ 1.619,0000 R\$ 9.714,0000 25/01/2021

17:50:01

GERAL LTDA

Marca: COLOMARQ Fabricante: COLOMARQ

Modelo / Versão: lavadora Colormaq LCA12BBR

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTIC CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBL CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGL ES, EM POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Porte da empresa: ME/EPP

15.733.417/0001-30 J.L. DO B. GUIMARAES - JBX Sim

Sim

6

R\$ 1.620,0000 R\$ 9.720,0000 25/01/2021

12:20:54

2/7

PRODUTOS EIRELI

ME

Marca: CONSUL Fabricante: CONSUL

Modelo / Versão: CONSUL/CWB09AB

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Porte da empresa: ME/EPP

40.394.327/0001-00 COSTA PEREIRA

EMPREENDIMENTOS LTDA

Sim

R\$ 2.044,0800 R\$ 12.264,4800 25/01/2021

17:00:13

Marca: CONSUL CWB09ABANA Fabricante: CONSUL CWB09ABANA Modelo / Versão: CONSUL CWB09ABANA

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: "Máquina de Lavar Consul 9kg Dosagem Extra Econômica e Ciclo Edredom, Capacidade (Kg) 9 Abertura da Tampa: Superior Temperatura da Água: Não Pés Niveladores: Sim Ciclos de Lavagem: 15 Níveis de Água: 4 Display: Eletromecânico Marca: Consul Consumo Aproximado de Água: 103 Filtro: Não Centrifugação: 1 Potência: 500 Água Quente: Não Cesto: Plástico Diluição Anti-mancha: Não Faixa Capacidade

8kg a 9kg Especificações Garantia 12 Tipo Lavadora de Roupas Consumo 0,24 Cor Branco"

Sim

Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 12.264,4800	40.394.327/0001-00	26/01/2021 08:32:19:197
R\$ 9.720,0000	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:32:19:197
R\$ 9.714,0000	38.334.935/0001-87	26/01/2021 08:32:19:197
R\$ 9.714,0000	23.208.599/0001-59	26/01/2021 08:32:19:197
R\$ 9.714,0000	31.743.096/0001-01	
R\$ 9.714,0000		26/01/2021 08:32:19:197
	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:32:19:197
R\$ 9.714,0000 R\$ 9.713,9400	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:32:19:197
R\$ 9.654,0000	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:32:19:197
	28.038.169/0001-50	26/01/2021 08:32:19:197
R\$ 9.384,0000	27.810.689/0001-76	26/01/2021 08:32:19:197
R\$ 9.300,0000	11.399.644/0001-10	26/01/2021 08:32:19:197
R\$ 9.299,9900	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:34:08:557
R\$ 11.038,0000	40.394.327/0001-00	26/01/2021 08:38:23:410
R\$ 9.290,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:38:39:680
R\$ 9.289,9900	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:38:40:427
R\$ 9.289,0000	38.334.935/0001-87	26/01/2021 08:39:14:850
R\$ 9.288,9900	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:39:17:387
R\$ 9.280,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:39:34:297
R\$ 9.279,9900	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:39:35:057
R\$ 9.250,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:39:48:197
R\$ 9.245,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:40:00:153
R\$ 2.920,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:40:07:103
R\$ 9.244,0000	38.334.935/0001-87	26/01/2021 08:40:38:867
R\$ 9.240,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:41:43:557
R\$ 9.200,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:41:51:770
R\$ 9.190,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:42:18:573
R\$ 9.199,0000	38.334.935/0001-87	26/01/2021 08:42:21:060
R\$ 9.150,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:42:25:763
R\$ 9.145,5800	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:42:41:667
R\$ 9.140,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:42:48:
R\$ 9.139,0000	38.334.935/0001-87	26/01/2021 08:42:58:
R\$ 9.130,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:43:00:.
R\$ 9.126,4800	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:43:17:37/
R\$ 9.100,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:43:30:727
R\$ 9.099,9600	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:43:39:433
R\$ 9.050,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:43:41:933

	OOMI TOTOINET - O SITE DE COMIT	INAS DO GOVERNO
R\$ 9.049,9700	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:43:50:430
R\$ 9.000,0000	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:43:57:170
R\$ 8.999,9600	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:44:06:233
R\$ 8.999,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:44:06:983
R\$ 8.950,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:44:13:790
R\$ 9.010,0000	38.334.935/0001-87	26/01/2021 08:44:21:767
R\$ 8.940,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:44:25:747
R\$ 8.900,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:44:31:940
R\$ 8.899,9600	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:44:40:197
R\$ 8.850,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:44:50:070
R\$ 8.849,9600	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:44:59:220
R\$ 8.845,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:45:03:910
R\$ 8.844,9700	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:45:12:223
R\$ 8.999,9000	38.334.935/0001-87	26/01/2021 08:45:12:467
R\$ 8.840,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:45:15:490
R\$ 8.835,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:45:21:807
R\$ 8.834,9700	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:45:30:243
R\$ 8.800,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:45:33:600
R\$ 8.799,9700	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:45:42:227
R\$ 8.790,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:45:42:767
R\$ 8.789,9700	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:45:51:420
R\$ 8.785,7200	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:46:07:710
R\$ 8.750,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:46:09:393
R\$ 8.749,9900	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:46:17:227
R\$ 8.700,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:46:19:910
R\$ 8.699,9900	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:46:21:643
R\$ 8.699,9600	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:46:30:397
R\$ 8.650,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:46:36:180
R\$ 8.649,9600	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:46:45:453
R\$ 8.640,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:46:56:483
R\$ 8.649,9500	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:46:56:770
R\$ 8.630,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:47:01:463
R\$ 8.610,5600	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:47:11:583
R\$ 8.600,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:47:17:843
R\$ 8.640,0000	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:47:26:240
R\$ 8.588,4400	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:47:35:593
R\$ 8.550,0000	11.399.644/0001-10	26/01/2021 08:47:44:020
R\$ 8.500,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:47:49:467
R\$ 8.485,1600	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:48:00:207
R\$ 8.499,9900	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:48:00:523
R\$ 8.450,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:48:06:900
R\$ 8.435,1600	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:48:17:050
R\$ 8.400,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:48:23:290
R\$ 8.383,0100	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:48:33:407
R\$ 8.399,9900	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:48:45:373
R\$ 8.350,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:48:49:907
R\$ 11.036,0000	40.394.327/0001-00	26/01/2021 08:48:56:403
R\$ 8.339,3100	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:49:06:64~
R\$ 8.300,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:49:23:
R\$ 8.288,0200	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:49:33:
R\$ 8.250,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:49:45:5
R\$ 8.232,0100	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:49:55:213
R\$ 8.200,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:50:04:790
R\$ 8.181,4200	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:50:15:203
R\$ 8.170,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:50:31:947
R\$ 8.181,4200	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:50:15:20

	COMPRASNET - O SITE DE COMP	RAS DO GOVERNO
R\$ 8.158,9100	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:50:41:867
R\$ 8.100,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:50:48:787
R\$ 8.082,5200	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:50:59:777 ل
R\$ 8.000,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:51:20:657
R\$ 7.989,9100	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:51:30:050
R\$ 7.950,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:51:41:777
R\$ 7.934,0600	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:51:51:537
R\$ 10.849,0000	40.394.327/0001-00	26/01/2021 08:51:51:763
R\$ 7.910,0000	27.810.689/0001-76	26/01/2021 08:53:49:663
R\$ 7.893,3300	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:53:59:547
R\$ 7.850,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:54:09:860
R\$ 7.832,2500	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:54:20:050
R\$ 7.830,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:54:34:993
R\$ 7.812,8800	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:54:46:070
R\$ 7.800,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:54:57:787
R\$ 7.782,3200	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:55:08:540
R\$ 7.750,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:55:45:033
R\$ 7.735,7800	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:55:55:163
R\$ 7.700,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:56:05:343
R\$ 7.682,4900	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:56:17:070
R\$ 7.600,0000	27.810.689/0001-76	26/01/2021 08:56:38:070
R\$ 7.500,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:56:42:233
R\$ 7.485,6300	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:56:52:357
R\$ 7.450,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:57:05:633
R\$ 7.431,4000	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:57:15:833
R\$ 7.400,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:57:24:860
R\$ 7.384,4000	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:57:35:803
R\$ 7.350,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:57:47:973
R\$ 7.340,0000	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:59:01:260
R\$ 7.330,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:59:12:583
R\$ 7.300,0000	27.810.689/0001-76	26/01/2021 08:59:36:203
R\$ 7.320,0000	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:59:36:563
R\$ 7.290,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:59:43:030
R\$ 7.285,0000	37.658.173/0001-01	26/01/2021 09:00:32:923
R\$ 7.280,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 09:00:41:270
R\$ 7.262,4000	37.658.173/0001-01	26/01/2021 09:00:58:477
D + = 050 0000	0.4 - 1.0 0.0 (10.00 1 0.1	66/84/6864 84 84 54 55

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

31.743.096/0001-01

Eventos do Item

R\$ 7.250,0000

Evento	Data	Observações
Aberto	26/01/2021 08:34:07	Item Aberto.
LXCIUSAO de latice	08:41:40	Exclusão do fairce no valor de N\$ 2.920,0000.
Encerrado	26/01/2021 09:03:08	Item encerrado.
		Convocado para envio de anexo o fornecedor DE SOUZA ELETROMOVEIS EIRELI, CNPJ/CPF: 31.743.096/0001-01.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo		Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor DE SOUZA ELETRO EIRELI, CNPJ/CPF: 31.743.096/0001-01.
Aceite		Aceite individual da proposta. Fornecedor: DE SOUZA ELETROMOVEIS EIRELI, C 31.743.096/0001-01, pelo melhor lance de R\$ 7.250,0000.
Habilitado		Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: DE SOUZA ELETROMOVEIS EIRELI - CNPJ/CPF: 31.743.096/0001-01
Registro Intenção de Recurso		Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA CNPJ/CPF: 03958284000111. Motivo: Marca e Modelo informado pela empresa vencedora não

26/01/2021 09:01:07:967

tem a função Turbo

Aceita

14:22:24

Intenção de Recurso 26/01/2021 Som E INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 03958284000111. Motivo: ACEITO A INTENÇÃO DE RECURSO, A EMPRESA TEM 3 DIAS PARA PROTOCOLAR O RECURSO

Intenções de Recurso para o Item

CNPJ/CPF	Data/Hora do Recurso	Data/Hora Admissibilidade	Situação
03.958.284/0001-11	26/01/2021 11:32	26/01/2021 14:22	Aceito

Motivo Intenção: Marca e Modelo informado pela empresa vencedora não tem a função Turbo Motivo Aceite ou Recusa: ACEITO A INTENÇÃO DE RECURSO, A EMPRESA TEM 3 DIAS PARA PROTOCOLAR O RECURSO

Troca de Mensagens

		Data	Mensagem
	Pregoeiro	26/01/2021 08:32:37	BOM DIA A TODOS
	Pregoeiro	26/01/2021 08:33:02	Estou iniciando os procedimentos relativos a este Pregão Eletrônico Nesta oportunidade e A TÍTULO DE COLABORAÇÃO farei alguns AVISOS:
	Pregoeiro	26/01/2021 08:33:11	 a) Todos os senhores, ao participarem de licitações promovidas pelos entes da Administração Pública, firmam termo de que conhecem as disposições contidas nos editais e de que reúnem todos os requisitos para as suas participações. Então, sabem que declarar que reúnem essas condições sem tê-las, pode acarretar proposta de sanção.
,	Pregoeiro	26/01/2021 08:33:20	 b) Peço-lhes que acompanhem este Pregão até o seu desfecho, o lícitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeira será responsável pelo ônus decorrente da perda de negocio e ficará sujeito a eventuais sanções.
	Pregoeiro	26/01/2021 08:33:29	 c) Informo que a proposta ajustada ao lance final devem ser inseridas no sistema COMPRASNET em um único arquivo, no prazo máximo de 02 (duas) horas úteis.
	Pre goe iro	26/01/2021 08:33:39	d) Dúvidas durante a FASE DE LANCES, APENAS via telefone 46 984013549 e) Caso haja problemas na inserção do arquivo, alternativamente e DESDE QUE DENTRO DO PRAZO, a documentação poderá ser enviada para (licitacao@capanema.pr.gov.br), comunicando o fato a Pregoeira.
	Pregoeiro	26/01/2021 08:33:49	f) O envio de originais e/ou de cópias autenticadas da documentação somente deverá ocorrer caso a Pregoeira efetue tal solicitação. g) Telefone para contato caso haja algum problema: 46 984013549 e-mail: roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
	Pregoeiro	26/01/2021 08:34:07	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
	Pre goe iro	26/01/2021 08:41:40	Srs. Fornecedores, o lance no valor de R\$ 2.920,0000 do item 1 foi excluído por este pregoeiro por ter sido considerado inexequível. Caso não concorde com a exclusão, favor reenviar o lance.
	Sistema	26/01/2021 09:03:08	O item 1 está encerrado.
	Sistema	26/01/2021 09:03:08	Todos os itens estão encerrados. Será iniciada a etapa de Julgamento de Propostas. Favor acompanhar através da funcionalidade "Acompanhar julgamento/habilitação/admissibilidade".
	Sistema	26/01/2021 09:05:50	Senhor fornecedor DE SOUZA ELETROMOVEIS EIRELI, CNPJ/CPF: 31.743.096/0001-01, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
	Sistema	26/01/2021 09:25:26	Senhor Pregoeiro, o fornecedor DE SOUZA ELETROMOVEIS EIRELI, CNPJ/CPF: 31.743.096/0001-01, enviou o anexo para o ítem 1.
	Sistema	26 /01/2021 11:10:39	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de ´aceito e habilitado´ ou ´cancelado no julgamento´.
	Pregoeiro	26/01/2021 11:10:59	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 26/01/2021 às 11:45:00.

Eventos do Pregão

Evento	Data/Hora	Observações
Abertura de Prazo	26/01/2021 11:10:39	Abertura de prazo para intenção de recurso
Informado Fechamento de Prazo	26/01/2021 11:10:59	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 26/01/2021 às 11:45:00.

Data limite para registro de recurso: 29/01/2021. Data limite para registro de contrarrazão: 03/02/2021. Data limite para registro de decisão: 10/02/2021.



Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 14:23 horas do dia 26 de janeiro de 2021, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI

Pregoeiro Oficial

CAROLINE PILATI Equipe de Apoio

JEANDRA WILMSEN Equipe de Apoio

RAQUEL SANTANA BELCHIOR SZIMANSKI Equipe de Apoio

1/2021

Comp. --

Portal de Compras do Governo Federal

Comprasnet MINISTÉRIO DA ECONOMIA

MINISTÉRIO DA ECONOMIA Brasília, 26 de Janeiro de 2021

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI

Serviços do Governo

Sau

SIASG Ambiente Produção

Pregão Eletrônico

- Encerrar Sessão
- Escolha o Pregão para ter a Sessão Pública Encerrada

UASG 987487 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

Número 1102020 ✓

Sr Pregoeiro, favor informar as datas: "Limite de prazo para Razão de Recur Contrarrazão" e "Limite de prazo para Decisão do Pregoeiro/Autoridade Compete conforme disposto na legislação vigente. Para contagem de dias contrativos, o Controle de feriados NÃO está contemplado no sistema.

Limite de prazo para Razão de Recurso:29/01/2021Limite de prazo para Contrarrazão:03/02/2021Limite de prazo para Decisão:10/02/2021



Menu OK

busque aqui seu produto





pagina inicial > eletrodomésticos > máquina de lavar







cor: [branco]

voltagem: [110v]



[220V]



política de troca e devolução

Lavadora Automática Energy 8kg



(3) (Cód.1495416605)

A Lavadora Energy é totalmente automática: lava, enxágua e centrifuga até 8 kg de roupa. Possui 4 niveis de água e 11 programas de lavagem, incluindo o ciclo reaproveitamento de água. Seu dispenser triplo de gaveta para sabão em

mais informações

receba alé 12 de abril

RS 1,159,90

R\$ 1.043.91

mais formas de pagamento

O Capanema - PR

em 1x no cartão de crédito com ame e receba 10 10 no de credito com ame e

R\$ 55,58

SME T

Este produto é vendido e entregue por Multiloja. A Americanas garante a sua compra, do pedido à entrega.

+ 11 outras ofertas deste mesmo produto

aproveite e veja também







Lavadora de Roupas Electrolux 8.5Kg LES09.



R\$ 1.229,99 12x de 102,49 s/juros Lavadora De Roupa 6kg Automática Popmatic Branco



R\$ 1.940.99 R\$ 944.91

em 1x no cartão de crédito

Lavadora de Roupas Consul 9Kg Branca CWB09



R\$ 1.299,99 12x de 108,33 s/juros Lavadora de Roupas Electrolux 8,5Kg LAC09 -



H\$ 1 200 0H

R\$ 1.169.10 em 1x no cartão de crédito R\$ 1.1 12x de §

Lavau.

Automá:

quem viu este produto, acabou comprando









Lavadora Automática Energy 8kg nas americanas

Estante Livreiro Book Organizador Branca - Artely Kit 01 Poltrona Decorativa Nina + Puff Giovana Suede... Lavadora Automática Energy 8kg Refrigerador 1 porta Electrolux RE31 = 214 Litros - Branco Ladei Electroli

R\$ 228,93

R\$ 189,00

R\$ 1.159,00

75 1.440.98

R\$ 1.278,81

R\$ 1.659.1

em 1x no cărtão de crédito

12x đe 15,75 s/juros

12x de 96,58 s/juros

no boleto

RS-1-409.06

em 1x n

americanas e os cookies: a gente usa cookies para personalizar anúncios e melhorar a sua experiência no site. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa

A Lavadorá Energy é lotalmente automática, lava, enxáguá e centrifuga até 8 kg de roupa.

Possui 4 níveis de água e 11 programas de lavagem, incluindo o ciclo reaproveitamento de água.

Seu dispenser tripio de gaveta para sabão em pó ou líquido, alvejante e amaciante permite ajustar a dosagem dos produtos de acordo com a quantidade de roupas e água na cuba.

Possui também filtro de flapos localizado no agitador, que proporciona roupas limpas e sem fiapos.

Pra deixar tudo ainda melhor, o design da Energy é incrível. Com tampa de vidro temperado e design funcional, a lavadora é a opção perfeita para sua lavanderia!

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

tura (cm): 101,7cm

argura (cm): 56,3cm

Profundidade (cm): 61,9cm

Peso (Kg): 25Kg

Tipo: Automática

Abertura: Superior

Capacidade de Lavagem. 8Kg

Capacidade de água na cuba - nível máximo (litros): 67,8 Litros

Consumo de energia | ciclo normal água fria (kW/h): 0.24kW/h

Consumo de água por ciclo (litros/ciclo): 105,7 Litros

Entrada de Água: Automática

Saída de Água: Automática

Enxágue: Automático

Potência 127V: 530 Watts

Potência 220V: 470 Watts

abinete: Plástico especial

Sistema de Lavagem: Aditação

IMPORTANTE

Certifique-se de selecionar a .::VOLTAGEM COMPATÍVEL... com as tomadas da sua residência, caso a voltagem escolhida na finalização do pedido estiver incorreta o produto não funcionará.

A mangueira de saída d'água deve ser instalada diretamente em um cano de escoamento (mínimo 1½ de polegada) ou utilizar a curva ptástica que acornpanha à lavadora para acoptá-la em um tanque. A altura deverá ficar entre 80 cm a 110 cm do chão para que o escoamento e enchimento da lavadora funcionem corretamente.

ficha técnica

Código	1495416605
Código de barras	7896664602345
Cor	Branco
Produto	Máquina de Lavar / Lavadora
Modelo Nominal	Energy
Marca	Mueller

29/03/2021

Lavadera Autemática Energy 8kg nas americanas

Capacidade

8kg

Origin

NACIONAL

Abertura

Superior

Capacidade de secagem (kg)

Prazo xd

americanas e os cookies: a gente usa cookies para personalizar anúncios e melhorar a sua experiência no site. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa

Temperatura de água

Não se aplica

Tipo de secagem

Não se aplica

Tipo

Lavadora Automática

Largura (cm)

56.3cm

Tipo de tela

Botões de acionamento manual

Model

Lavadora Energy 8Kg

om rotação

Sim

É lavadora e secadora

Não

Altura (cm)

101,7cm

Peso (kg)

25Kg

Programas

Roupa muito suja: Lavagem longa 2h35min, Lavagem normal 2h25min, Lavagem rápida 1h50min, Roupa normal: Lavagem longa 1h45min, Lavagem normal 1h35min, Lavagem rápida 50min, Roupa pouco suja: Lavagem normal 40min, Lavagem rápida 30min, Lavagem econômica

Numero de programas

11

Velocidade de rotação

750rpm

Gabinete

Plástico especial

Quantidade de níveis de

temperatura

Viveis de água

Modelo

Lavadora Energy 8Kg

Enxágue

Automático

Tipo de controles

Eletrônico

avaliações

(3)

100%

dos clientes recomendam este produto



avaliações mais recentes

Máquina perfeita

17/03/2021

esta avaliação foi útil?







Município de Capanema - PR Procuradoria Geral do Município



MANIFESTAÇÃO JURÍDICA

INTERESSADO: Pregoeira e Equipe de Apoio.

ASSUNTO: Análise da intenção de recurso no PE nº 110/2020.

1. Trata-se de Pregão Eletrônico deflagrado a partir da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, que pretende aquisição de máquinas de lavar roupas, destinadas à lavagem da rouparia nas unidades de saúde de Capanema.

Durante a Sessão Pública, houve manifestação de intenção recursal pela empresa Potência Som e Informática Ltda, CNPJ nº 03.958.284/0001-11, limitado no argumento que a "Marca e Modelo informado pela empresa vencedora não tem a função Turbo".

Apesar de acolhida a intenção recursal, a empresa Potência Som e Informática Ltda. deixou transcorrer *in albi*s seu prazo de apresentação das razões recursais. Em seguida, o PA foi encaminhado à PGM para análise.

2. O procedimento do Pregão Eletrônico encontra-se regido na Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019; e, subsidiariamente na Lei nº 8.666/1993.

Analisando detidamente as fases procedimentais dessa modalidade, extraísse que o exercício recursal é formado pela intenção recursal mais apresentação das razões recursais.

No caso em questão, a empresa Potência Som e Informática Ltda. limitou-se a manifestar sua intenção recursal, contudo deixou de apresentar as razões de seu recurso.

3. Portanto, este Órgão <u>entende que houve preclusão consumativa</u> da pretensão recursal apresentada pela empresa Potência Som e Informática Ltda., devendo o procedimento seguir com os trâmites naturais da espécie, estando autorizada a pregoeira a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

No que diz respeito a suposta alegação que o produto declarado como vencedor não atende a função turbo, recomenda-se que tal característica seja conferida, pelo Departamento de Compras do Município, ainda antes da solicitação do equipamento à empresa vencedora, bem como pela Comissão de Recebimento, quando da entrega dos itens ao Município de Capanema.

p Capanema, 29 de março de 2021.

Romanti Ezer Barbosa Procurador Municipal

OAB/PR 56.675

Romanti Ezer Barbosa Procurador Jurídico de Capanema - PR Dec. nº 6001/2015 OAB/PR 56.675



DECISÃO ADMINISTRATIVA

Com relação ao Pregão Eletrônico nº 110/2020, objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA, DESTINADA À LAVAGEM DA ROUPARIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. Solicito ao Setor de Licitações para que faça uma diligência a empresa DE SOUZA ELETROMOVEIS EIRELI, solicitando a informação sobre o produto ofertado.

Caso o produto ofertado não esteja em conformidade com edital, desclassifique o fornecedor e chame o próximo classificado.

Capanema, 01 de abril de 2021

Americo Bellé Prefeito Municipal

licitacao@capanema.pr.gov.br

De:

De Souza Eletromoveis < desouzaeletro@hotmail.com>

Enviado em:

segunda-feira, 12 de abril de 2021 08:40

Para:

licitacao@capanema.pr.gov.br

Assunto:

RE: CONFIRMAÇÃO DE ESPECIFICAÇÃO DE ITEM

bom dia

estava verificando a mueller tem dois modelos, ambas tem duplo enxague, mas nao localizei a funcao turbo nelas

peço desistencia do itens, pois acredito que ela nao vai se enquadrar, foi um equivoco na cotação.

desculpas pelos transtornos

att

Viviani

De: licitacao@capanema.pr.gov.br < licitacao@capanema.pr.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 12 de abril de 2021 08:31

Para: desouzaeletro@hotmail.com <desouzaeletro@hotmail.com>

Assunto: ENC: CONFIRMAÇÃO DE ESPECIFICAÇÃO DE ITEM

BOA TARDE, A EMPRESA DE SOUZA ELETROMÓVEIS EIRELI CONSAGROU-SE GANHADOURA DO ITEM MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, DO PREGÃO 110/2020, COM O PRODUTO DA MARCA MUELLER.

NO EDITAL ESTÁ PEDINDO A REFERIDA MÁQUINA COM A FUNÇÃO TURBO, NO ENTANTO EM PESQUISA DE LAVADORAS DESSA MESMA MARCA NÃO CONSEGUI LOCALIZAR A REFERIDA FUNÇÃO.

PRECISO QUE A EMPRESA ME CONFIRME QUE A MÁQUINA QUE SERÁ ENTREGUE TERÁ ESSA FUNÇÃO, SE NÃO TIVER SUGIRO QUE PEÇA A DISTÊNCIA DO ITEM, PARA NÃO GERAR CUSTOS ADICIONAIS PARA A EMPRESA COM A DEVOLUÇÃO DO PRODUTO.

Jeandra Setor de Licitações – Capanema Pr 46 3552-1321

987487.1102020 .3208 .4430 .988611300



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

Ata de Realização do Pregão Eletrônico

Nº 00110/2020

Às 08:32 horas do dia 26 de janeiro de 2021, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal PORTARIA Nº 7776/2020 de 01/01/2021, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 110, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00110/2020. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Máquinas de Lavar Roupas, Destinadas a lavagem da rouparia das Unidades de Saúde do Município de Capanema PR. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1

Descrição: MÁQUINA LAVAR ROUPA

Descrição Complementar: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada

Quantidade: 6

Unidade de fornecimento: Unidade

Valor Estimado: R\$ 9.714,0000 Aplicabilidade Decreto 7174: Não Situação: Aceito e Habilitado com intenção de recurso

Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,01

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Aceito para: DE SOUZA ELETROMOVEIS EIRELI, pelo melhor lance de R\$ 7.250,0000 .

Histórico

Item: 1 - MÁQUINA LAVAR ROUPA

Propostas Participaram deste item as empresas abalxo relacionadas, com suas respectivas propostas. (As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
11.399.644/0001-10	R C FERREIRA & CIA LTDA	Sim	Sim	6	R\$ 1.550,0000	R\$ 9.300,0000	15/01/2021 15:48:14
	Marca: ELETROLUX Fabricante: ELETROLU Modelo / Versão: LES Descrição Detalhada CAPACIDADE MÍNIMA CENTRIFUGAÇÃO, DIS POLIPROPILENO ESPEC Porte da empresa: Mi	09 do Objeto (DE 8 KG D PENSER PARA IAL, CLASSIFI	E ROUPAS, C A SABÃO, LA	OM FUNÇÕES VAGEM PELO	DE LAVAGEM R MENOS DE 3 1	ÁPIDA, TURBO, : NÍVEIS DE ÁGUA	2 ENXAGUES, , CESTO EM
27.810.689/0001-76	TECNOBRASIL SERVICE LTDA	Sim	Sim	6	R\$ 1.564,0000	R\$ 9.384,0000	25/01/2021 18:40:55
	Marca: Electrolux Fabricante: Electrolux Modelo / Versão: LES Descrição Detalhada Porte da empresa: ME	09 do Objeto O f	ertado: Lavado	ora de Roupas I	Electrolux 8,5KG E	essential Care LES	09 – 127 Volts
28.038.169/0001-50	LILIAN MICHELLE RIECK TAVARES	Sim	Sim	6	R\$ 1.609,0000	R\$ 9.654,0000	15/01/2021 14:49:24

RIECK TAVARES Marca: COLORMAO Fabricante: COLORMAQ Modelo / Versão: LCA12BBR

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. COD M-0551

Porte da empresa: ME/EPP

27.390.535/0001-72 MUNDIAL Sim Sim R\$ 1.618,9900 R\$ 9.713,9400 21/01/2021 REFRIGERACAO 15:37:47 **EIRELI**

'Marca: Electrolux Fabricante: Electrolux Modelo / Versão: LAC09

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. Marca: Electrolux Modelo: LAC09

Porte da empresa: ME/EPP

38.334.935/0001-87 DANI BRINDES

UNIFORMES E EPIS

Sim

6 R\$ 1.619,0000 R\$ 9.714,0000 20/01/2021

17:05:19

EIRELI

Marca: MUELLER Fabricante: MUELLER

Modelo / Versão: AUTOMÁTICA ENERGY BRANCA 8 KG 110V

Sim

Sim

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Porte da empresa: ME/EPP

03.958.284/0001-11 POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA Sim

6 R\$ 1.619,0000 R\$ 9.714,0000 25/01/2021

10:48:47

Marca: Electrolux Fabricante: Electroolux Modelo / Versão: LAC 09

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Porte da empresa: ME/EPP

31.743.096/0001-01 DE SOUZA

ELETROMOVEIS

Sim

Sim

6

R\$ 1.619,0000 R\$ 9.714,0000 25/01/2021

11:05:43

EIRELI

Marca: mueller Fabricante: mueller Modelo / Versão: energy

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Porte da empresa: ME/EPP

37.658.173/0001-01 MAB

EQUIPAMENTOS EIRELI

Sim

Sim

6

R\$ 1.619,0000 R\$ 9.714,0000 25/01/2021

15:44:09

Marca: mueller

Fabricante: mueller

Modelo / Versão: energy 8 kg

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILEÑO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Porte da empresa: ME/EPP

23.208.599/0001-59 HIEL COMERCIO E

SERVICOS EM

Sim

Sim

R\$ 1.619,0000 R\$ 9.714,0000 25/01/202

17:50:01

GERAL LTDA

Marca: COLOMARQ Fabricante: COLOMARO

Modelo / Versão: lavadora Colormaq LCA12BBR

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Porte da empresa: ME/EPP

15.733.417/0001-30 J.L. DO B.

Sim

Sim

6

R\$ 1.620,0000 R\$ 9.720,0000 25/01/2021

12:20:54

GUIMARAES - JBX PRODUTOS EIRELI ME

Marca: CONSUL

Fabricante: CONSUL Modelo / Versão: CONSUL/CWB09AB

Descrição Detainada do Objeto Ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, LAVAGEM PELO MENOS DE 3 NÍVEIS DE ÁGUA, CESTO EM POLIPROPILENO ESPECIAL, CLASSIFICAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, 110, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Porte da empresa: ME/EPP

40.394.327/0001-00 COSTA PEREIRA

EMPREENDIMENTOS LTDA

Sim

Sim

6

R\$ 2.044,0800 R\$ 12.264,4800 25/01/2021

17:00:13

Marca: CONSUL CWB09ABANA Fabricante: CONSUL CWB09ABANA Modelo / Versão: CONSUL CWB09ABANA Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: "Máquina de Lavar Consul 9kg Dosagem Extra Econômica e Ciclo Edredom, Capacidade (Kg) 9 Abertura da Tampa: Superior Temperatura da Água: Não Pés Niveladores: Sim Ciclos de Lavagem: 15 Níveis de Água: 4 Display: Eletromecânico Marca: Consul Consumo Aproximado de Água: 103 Filtro: Não Centrifugação: 1 Potência: 500 Água Quente: Não Cesto: Plástico Diluição Anti-mancha: Não Faixa Capacidade 8kg a 9kg Especificações Garantia 12 Tipo Lavadora de Roupas Consumo 0,24 Cor Branco"

Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

(003.	lances com Tha frence foram exc	ididos pelo pregoeiro)	Ui
Va	lor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$	12.264,4800	40.394.327/0001-00	26/01/2021 08:32:19:197
R:	\$ 9.720,0000	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:32:19:197
R:	\$ 9.714,0000	38.334.935/0001-87	26/01/2021 08:32:19:197
R	\$ 9.714,0000	23.208.599/0001-59	26/01/2021 08:32:19:197
R:	\$ 9.714,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:32:19:197
R	\$ 9.714,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:32:19:197
R	\$ 9.714,0000	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:32:19:197
R	\$ 9.713,9400	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:32:19:197
R:	\$ 9.654,0000	28.038.169/0001-50	26/01/2021 08:32:19:197
R:	\$ 9.384,0000	27.810.689/0001-76	26/01/2021 08:32:19:197
R:	\$ 9.300,0000	11.399.644/0001-10	26/01/2021 08:32:19:197
R	\$ 9.299,9900	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:34:08:557
R\$	11.038,0000	40.394.327/0001-00	26/01/2021 08:38:23:410
R	\$ 9.290,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:38:39:680
R	\$ 9.289,9900	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:38:40:427
R:	\$ 9.289,0000	38.334.935/0001-87	26/01/2021 08:39:14:850
R	\$ 9.288,9900	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:39:17:387
R	\$ 9.280,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:39:34:297
R	\$ 9.279,9900	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:39:35:057
Rs	\$ 9.250,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:39:48:197
R	\$ 9.245,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:40:00:153
Rs	\$ 2.920,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:40:07:103
R	9.244,0000	38.334.935/0001-87	26/01/2021 08:40:38:867
Rs	9.240,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:41:43:557
R	9.200,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:41:51:770
Rs	9.190,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:42:18:573
R	9.199,0000	38.334.935/0001-87	26/01/2021 08:42:21:060
R	9.150,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:42:25:763
R	9.145,5800	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:42:41:667
R	9.140,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:42:48:553
R\$	9.139,0000	38.334.935/0001-87	26/01/2021 08:42:58:170
	9.130,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:43:00:143
	9.126,4800	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:43:17:377
,	9.100,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:43:30:727
	9.099,9600	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:43:39:433
,	9.050,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:43:41:933
	9.049,9700	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:43:50:430
	9.000,0000	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:43:57:170
	8.999,9600	15.733,417/0001-30	26/01/2021 08:44:06:233
	8.999,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:44:06:983
	8.950,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:44:13:790
	9.010,0000	38.334.935/0001-87	26/01/2021 08:44:21:767
	8.940,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:44:25:747
	8.900,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:44:31:940
	8.899,9600	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:44:40:197
	8.850,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:44:50:070
	8.849,9600	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:44:59:220
	8.845,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:45:03:910
	8.844,9700	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:45:12:223
	8.999,9000	38.334.935/0001-87	26/01/2021 08:45:12:467
	8.840,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:45:15:490
	8.835,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:45:21:807
	8.834,9700	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:45:30:243
R\$	8.800,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:45:33:600

l 4 /0 4 /2021	COMPRASNET - O SITE DE COMPRAS DO GO	OVERNO
R\$ 8.799,9700	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:45:42:227
R\$ 8.790,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:45:42:767
R\$ 8.789,9700	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:45:51:420
(() (R\$ 8.785,7200	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:46:07:710
R\$ 8.750,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:46:09:393
k \$ 8.749,9900	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:46:17:227
R\$ 8.700,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:46:19:910
R\$ 8.699,9900	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:46:21:643
R\$ 8.699,9600	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:46:30:397
R\$ 8.650,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:46:36:180
R\$ 8.649,9600	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:46:45:453
R\$ 8.640,0000	03.958.284/0001-11	26/01/2021 08:46:56:483
R\$ 8.649,9500	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:46:56:770
R\$ 8.630,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:47:01:463
R\$ 8.610,5600	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:47:11:583
R\$ 8.600,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:47:17:843
R\$ 8.640,0000	15.733.417/0001-30	26/01/2021 08:47:26:240
R\$ 8.588,4400	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:47:35:593
R\$ 8.550,0000	11.399.644/0001-10	26/01/2021 08:47:44:020
R\$ 8.500,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:47:49:467
R\$ 8.485,1600	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:48:00:207
R\$ 8.499,9900	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:48:00:523
R\$ 8.450,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:48:06:900
R\$ 8.435,1600	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:48:17:050
R\$ 8.400,0000 R\$ 8.383,0100	31.743.096/0001-01 37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:48:23:290
R\$ 8.399,9900	27.390.535/0001-72	26/01/2021 08:48:33:407 26/01/2021 08:48:45:373
R\$ 8.350,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:48:49:907
R\$ 11.036,0000	40.394.327/0001-00	26/01/2021 08:48:56:403
R\$ 8.339,3100	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:49:06:647
R\$ 8.300,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:49:23:100
R\$ 8.288,0200	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:49:33:203
R\$ 8.250,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:49:45:347
R\$ 8.232,0100	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:49:55:213
R\$ 8.200,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:50:04:790
R\$ 8.181,4200	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:50:15:203
R\$ 8.170,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:50:31:947
R\$ 8.158,9100	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:50:41:867
R\$ 8.100,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:50:48:787
R\$ 8.082,5200	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:50:59:777
R\$ 8.000,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:51:20:657
R\$ 7.989,9100	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:51:30:050
R\$ 7.950,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:51:41:777
R\$ 7.934,0600	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:51:51:537
R\$ 10.849,0000	40.394.327/0001-00	26/01/2021 08:51:51:763
R\$ 7.910,0000	27.810.689/0001-76	26/01/2021 08:53:49:663
R\$ 7.893,3300	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:53:59:547
R\$ 7.850,0000 R\$ 7.832,2500	31.743.096/0001-01 37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:54:09:860
R\$ 7.830,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:54:20:050 26/01/2021 08:54:34:993
R\$ 7.812,8800	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:54:46:070
R\$ 7.800,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:54:57:787
R\$ 7.782,3200	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:55:08:540
R\$ 7.750,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:55:45:033
R\$ 7.735,7800	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:55:55:163
R\$ 7.700,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:56:05:343
R\$ 7.682,4900	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:56:17:070
R\$ 7.600,0000	27.810.689/0001-76	26/01/2021 08:56:38:070
R\$ 7.500,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:56:42:233
R\$ 7.485,6300	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:56:52:357
R\$ 7.450,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:57:05:633

	COMPRASNET - O SITE DE COMPRAS DO GOVERNO		
R\$ 7.431,4000	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:57:15:833	
R\$ 7.400,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:57:24:860 26/01/2021 08:57:35:803	
R\$ 7.384,4000	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:57:35:803 ⁻⁾ U	
R\$ 7.350,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:57:47:973	
R\$ 7.340,0000	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:59:01:260	
R\$ 7.330,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:59:12:583	
R\$ 7.300,0000	27.810.689/0001-76	26/01/2021 08:59:36:203	
R\$ 7.320,0000	37.658.173/0001-01	26/01/2021 08:59:36:563	
R\$ 7.290,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 08:59:43:030	
R\$ 7.285,0000	37.658.173/0001-01	26/01/2021 09:00:32:923	
R\$ 7.280,0000	31.743.096/0001-01	26/01/2021 09:00:41:270	
R\$ 7.262,4000	37.658.173/0001-01	26/01/2021 09:00:58:477	

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

26/01/2021 09:01:07:967

31.743.096/0001-01

Eventos do Item		
Evento	Data	Observações
Aberto	26/01/2021 08:34:07	Item Aberto.
Exclusão de lance	26/01/2021 08:41:40	Exclusão do lance no valor de R\$ 2.920,0000.
Encerrado	26/01/2021 09:03:08	Item encerrado.
		Convocado para envio de anexo o fornecedor DE SOUZA ELETROMOVEIS EIRELI, CNPJ/CPF: 31.743.096/0001-01.
Encerramento do prazo de Convocação - Anexo		Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor DE SOUZA ELETROMOVEIS EIRELI, CNPJ/CPF: 31.743.096/0001-01.
Aceite	26/01/2021 11:10:33	Aceite individual da proposta. Fornecedor: DE SOUZA ELETROMOVEIS EIRELI, CNPJ/CPF: 31.743.096/0001-01, pelo melhor lance de R\$ 7.250,0000.
Habilitado		Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: DE SOUZA ELETROMOVEIS EIRELI - CNPJ/CPF: 31.743.096/0001-01
Registro Intenção de Recurso	26/01/2021 11:32:55	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA CNPJ/CPF: 03958284000111. Motivo: Marca e Modelo informado pela empresa vencedora não tem a função Turbo.

Intenções de Recurso para o Item

14:22:24

08:33:49

R\$ 7.250,0000

CNPJ/CPF	Data/Hora do Recurso	Data/Hora Admissibilidade	Situação
03.958.284/0001-11	26/01/2021 11:32	26/01/2021 14:22	Aceito
	Motivo Intenção: Marca e Modelo inform	ado pela empresa vencedora não tem a função	Turbo
	Motivo Aceite ou Recusa: ACEITO A INT	ENÇÃO DE RECURSO. A EMPRESA TEM 3 DIAS	ΡΔΡΔ

Intenção de Recurso 26/01/2021 Intenção de recurso aceita. Fornecedor: POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:

tem a função Turbo

PROTOCOLAR O RECURSO

PROTOCOLAR O RECURSO

03958284000111. Motivo: ACEITO A INTENÇÃO DE RECURSO, A EMPRESA TEM 3 DIAS PARA

ocorrer caso a Pregoeira efetue tal solicitação. g) Telefone para contato caso haja algum

Troca de Mensagens

Aceita

14/04/2021

	Data	Mensagem
Pregoeiro	26/01/2021 08:32:37	BOM DIA A TODOS
Pregoeiro	26/01/2021 08:33:02	Estou iniciando os procedimentos relativos a este Pregão Eletrônico Nesta oportunidade e A TÍTULO DE COLABORAÇÃO farei alguns AVISOS:
Pregoeiro	26/01/2021 08:33:11	a) Todos os senhores, ao participarem de licitações promovidas pelos entes da Administração Pública, firmam termo de que conhecem as disposições contidas nos editais e de que reúnem todos os requisitos para as suas participações. Então, sabem que declarar que reúnem essas condições sem tê-las, pode acarretar proposta de sanção.
Pregoeiro	26/01/2021 08:33:20	 b) Peço-lhes que acompanhem este Pregão até o seu desfecho, o licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeira será responsável pelo ônus decorrente da perda de negocio e ficará sujeito a eventuais sanções.
Pregoeiro	26/01/2021 08:33:29	 c) Informo que a proposta ajustada ao lance final devem ser inseridas no sistema COMPRASNET em um único arquivo, no prazo máximo de 02 (duas) horas úteis.
Pregoeiro	26/01/2021 08:33:39	d) Dúvidas durante a FASE DE LANCES, APENAS via telefone 46 984013549 e) Caso haja problemas na inserção do arquivo, alternativamente e DESDE QUE DENTRO DO PRAZO, a documentação poderá ser enviada para (licitacao@capanema.pr.gov.br), comunicando o fato a Pregoeira.
Pregoeiro	26/01/2021	f) O envio de originais e/ou de cópias autenticadas da documentação somente deverá

COMPRASNET - O SITE DE COMPRAS DO GOVERNO

V		
0.004	04	problema: 46 984013549 e-mail: roselia.licitacao@capanema.pr.gov.br
Pregoeiro	26/01/2021 08:34:07	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	26/01/2021 08:41:40	Srs. Fornecedores, o lance no valor de R\$ 2.920,0000 do item 1 foi excluído por este pregoeiro por ter sido considerado inexequível. Caso não concorde com a exclusão, favor reenviar o lance.
Sistema	26/01/2021 09:03:08	O item 1 está encerrado.
Sistema	26/01/2021 09:03:08	Todos os itens estão encerrados. Será iniciada a etapa de Julgamento de Propostas. Favor acompanhar através da funcionalidade "Acompanhar julgamento/habilitação/admissibilidade".
Sistema	26/01/2021 09:05:50	Senhor fornecedor DE SOUZA ELETROMOVEIS EIRELI, CNPJ/CPF: 31.743.096/0001-01, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	26/01/2021 09:25:26	Senhor Pregoeiro, o fornecedor DE SOUZA ELETROMOVEIS EIRELI, CNPJ/CPF: 31.743.096/0001-01, enviou o anexo para o ítem 1.
Sistema	26/01/2021 11:10:39	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'.
Pregoeiro	26/01/2021 11:10:59	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 26/01/2021 às 11:45:00.

Eventos do Pregão Evento

Abertura de Prazo 26/01/2021 11:10:39 Abertura de prazo para intenção de recurso Informado

Fechamento de

26/01/2021 11:10:59 Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 26/01/2021 às 11:45:00.

Observações

Prazo

Data limite para registro de recurso: 29/01/2021. Data limite para registro de contrarrazão: 03/02/2021. Data limite para registro de decisão: 10/02/2021.

Data/Hora

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 14:23 horas do dia 26 de janeiro de 2021, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI Pregoeiro Oficiai

CAROLINE PILATI Equipe de Apoio

JEANDRA WILMSEN Equipe de Apoio

RAQUEL SANTANA BELCHIOR SZIMANSKI Equipe de Apoio



Voltar

Pregão Eletrônico

Visualização de Propostas

UASG: 987487 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

Pregão nº: 1102020 Modo de Disputa: Aberto

Menu Voltar

Fornecedor assinalado com (*) teve sua proposta desclassificada para o item.

Na coluna "Declaração", os fornecedores que estão assinalados com 'SIM', declaram que estão cientes e conçordam com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

Item: 1 - MÁQUINA LAVAR ROUPA

Qtde Solicitada:

Qtde o Aceita:

Valor Estimado: R\$ 9.714,0000 Recurso: Intenção

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,01

Motivo do Cancelamento do Item: NÃO HA EMPRESA HABILITADA

Proposta Melhor Data Valor (R\$) Situação Anexo Declaração Fornecedor Ofertada (R\$) Lance (R\$) Melhor Negociado da Lance Proposta

31.743.096/0001-

01 - DE SOUZA **ELETROMOVEIS**

9.714,0000

7.250,0000 26/01/2021 9:01:07:967

Consultar

<u>SIM</u>

EIRELI

Marca: mueller Fabricante: mueller

Modelo / Versão: energy

Descrição detalhada do objeto ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA <u>DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, </u>

LAVAGEM PELO MENOS DE...

Porte da Empresa: ME/EPP

Declaração ME/EPP: SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM

Declaração de Menor: SIM

Declaração independente

de proposta: SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

Declaração de Acessibilidade: SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM Motivo da Recusa: desclassificado a pedido

37.658.173/0001-

01 - 😘 MAB

9.714,0000

7.262,4000 26/01/2021

09:00:58:477

SIM Consultar

EQUIPAMENTOS

EIRELI

Marca: mueller Fabricante: mueller

Modelo / Versão: energy 8 kg

Descrição detalhada do objeto ofertado: <u>MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA</u> DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO,

LAVAGEM PELO MENOS DE

Porte da Empresa: ME/EPP

Declaração ME/EPP: SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM

Declaração de Menor: SIM

Declaração independente

de proposta: SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

Declaração de Acessibilidade: SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Motivo da Recusa: desclassificado essa marca e modelo não tem a função turbo

27.810.689/0001-

76 - 🦠 6 9.384,0000 **TECNOBRASIL**

7.300,0000 26/01/2021 08:59:36:203

Consultar

SIM

SERVICE LTDA

Marca: Electrolux Fabricante: Electrolux Modelo / Versão: LES09

Consultar

SIM

4/04/2021

Description detallada do objeto ofertado: Lavadora de Roupas Electrolux 8,5KG Essential Care LES09 - 127 Volts...

Declaração ME/EPP: SIM Porte da Empresa: ME/EPP

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM Declaração de Menor: SIM Declaração independente

de proposta: SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM Declaração de Acessibilidade: SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Motivo da Recusa: desclassificado não anexou documentos de habilitação

27.390.535/0001-

8.399,9900 26/01/2021 72 - 🦠 MUNDIAL 9.713,9400

08:48:45:373 REFRIGERACAO

Marca: Electrolux Fabricante: Electrolux Modelo / Versão: LAC09

Descrição detalhada do objeto ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA <u>DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, </u>

LAVAGEM PELO MENOS D...

Porte da Empresa: ME/EPP Declaração ME/EPP: SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM Declaração de Menor: SIM Declaração independente

de proposta: SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM Declaração de Acessibilidade: SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Motivo da Recusa: desclassificada não apresentou a certidão simplificada da junta comercial

11.399.644/0001-

8.550,0000 26/01/2021 10 - R C 9,300,0000 Consultar SIM 08:47:44:020 FERREIRA & CIA

LTDA

Marca: ELETROLUX Fabricante: ELETROLUX Modelo / Versão: LES09

Descrição detalhada do objeto ofertado: <u>MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA</u> DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO,

LAVAGEM PELO MENOS DE

Porte da Empresa: ME/EPP Declaração ME/EPP: SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM Declaração de Menor: SIM Declaração independente

de proposta: SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM Declaração de Acessibilidade: SIM

Deciaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Motivo da Recusa: a proposta enviada está acima do valor que descreveu no comprasnet

03.958.284/0001-

11 - POTENCIA

8.640,0000 26/01/2021 9.714,0000 Consultar SIM 08:46:56:483

SOM E

INFORMATICA LTDA

Marca: Electrolux Fabricante: Electroolux Modeio / Versão: LAC 09

Descrição detalhada do objeto ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MINIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO,

LAVAGEM PELO MENOS DE ...

Porte da Empresa: ME/EPP Declaração ME/EPP: SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM Declaração de Menor: SIM Declaração independente

de proposta: SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM Declaração de Acessibilidade: SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Motivo da Recusa: NÃO ANEXOU PROPOSTA ATUALIZADA

15.733.417/0001-

30 - J.L. DO B. 8.640,0000 26/01/2021 9.720,0000

SIM Consultar **GUIMARAES - JBX** 08:47:26:240

PRODUTOS EIRELI

Marca: CONSUL

Fabricante: CONSUL Modelo / Versão: CONSUL/CWB09AB Descrição detalhada do objeto ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO,

LAVAGEM PELO MENOS DE ...

Porte da Empresa: ME/EPP

Declaração ME/EPP: SIM

Declaração de Menor: SIM Declaração independente Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM

de proposta: SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM Declaração de Acessibilidade: SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u>

Motivo da Recusa: NÃO ANEXOU PROPOSTA ATUALIZADA

38.334.935/0001-

87 - DANI 8.999,9000 26/01/2021 9.714.0000 BRINDES, 08:45:12:467

UNIFORMES E EPIS

EIRELI

Marca: MUELLER Fabricante: MUELLER

Modelo / Versão: AUTOMÁTICA ENERGY BRANCA 8 KG 110V

Descrição detalhada do objeto ofertado: <u>MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA</u> DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO,

LAVAGEM PELO MENOS DE

Porte da Empresa: ME/EPP Declaração ME/EPP: SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM Declaração de Menor: SIM Declaração independente

de proposta: SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM Declaração de Acessibilidade: SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Motivo da Recusa: ESSE PRODUTO OFERTADO NÃO POSSUI A FUNÇÃO TURBO

28.038.169/0001-

9.654,0000 26/01/2021 50 - LILIAN 9.654,0000 <u>Consultar</u> 08:32:19:197 MICHELLE RIECK

TAVARES

Marca: COLORMAO Fabricante: COLORMAQ Modelo / Versão: LCA12BBR

Descrição detalhada do objeto ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO,

LAVAGEM PELO MENOS DE ...

Porte da Empresa: ME/EPP Declaração ME/EPP: SIM

Declaração independente Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM Declaração de Menor: SIM

de proposta: SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM Declaração de Acessibilidade: SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Motivo da Recusa: AS ESPECIFICAÇÕES NÃO ESTÃO DE ACORDO DO O EDITAL

23.208.599/0001-

59 - S HIEL 9.714,0000 26/01/2021 9.714.0000 COMERCIO E 08:32:19:197

SERVICOS EM **GERAL LTDA**

Marca: COLOMARQ Fabricante: COLOMARQ

Modelo / Versão: lavadora Colormaq LCA12BBR

Descrição detalhada do objeto ofertado: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, TIPO AUTOMÁTICA, COR BRANCA, CAPACIDADE MÍNIMA

<u>DE 8 KG DE ROUPAS, COM FUNÇÕES DE LAVAGEM RÁPIDA, TURBO, 2 ENXAGUES, CENTRIFUGAÇÃO, DISPENSER PARA SABÃO, </u>

LAVAGEM PELO MENOS DE ...

Porte da Empresa: ME/EPP Declaração ME/EPP: SIM

Declaração independente Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM Declaração de Menor: SIM

de proposta: SIM

Declaração de Acessibilidade: SIM Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Motivo da Recusa: AS ESPECIFICAÇÕES NÃO ESTÃO DE ACORDO DO O EDITAL

40.394.327/0001-12.264,4800 10.849,0000 26/01/2021

08:51:51:763

PEREIRA

Consultar

Consultar

SIM

SIM

SIM

SIM

Consultar

EMPREENDIMENTOS

Marca: CONSUL CWB09ABANA
Fabricante: CONSUL CWB09ABANA
Modelo / Versão: CONSUL CWB09ABANA

Descrição detalhada do objeto ofertado: "Máquina de Lavar Consul 9kg Dosagem Extra Econômica e Ciclo Edredom, Capacidade

(Kg) 9 Abertura da Tampa: Superior Temperatura da Água: Não Pés Niveladores: Sim Ciclos de Lavagem; 15 Níveis de Á...

Porte da Empresa: ME/EPP Declaração ME/EPP: SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM Declaração de Menor: SIM Declaração independente

de proposta: SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM Declaração de Acessibilidade: SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Motivo da Recusa: ACIMA DO PREÇO MÁXIMO COTADO.

Para mais informações sobre o porte da empresa, clique aqui.

Menu Voltar





DESPACHO

Com relação ao Pregão Eletrônico Eletrônico, nº 110/2020, objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA, DESTINADA À LAVAGEM DA ROUPARIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. Encaminho esse PA ao Procurador Jurídico para análise e emissão de Parecer Jurídico a respeito da Licitação ter sido fracassada.

Capanema, 14 de abril de 2021

Roselia Kriger Becker Paganı Chefe do Setor de Licitações

PARECER JURÍDICO Nº 108/2021

INTERESSADO: Comissão Permanente de Licitações ASSUNTO: Análise do Pregão Eletrônico nº 110/2020.

EMENTA: ANÁLISE DA LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE LAVAR ROUPA, DESTINADA À LAVAGEM DA ROUPARIA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR. PREGÃO FRACASSADO. PARECER PELA LEGALIDADE E REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

1. CONSULTA:

A Pregoeira e a equipe de apoio, designados pela portaria n°. 7.531/2019 e 7.654/2020, encaminham para análise desta Procuradoria Municipal, minuta de edital de pregão eletrônico, tipo menor preço, por item, para aquisição de máquinas de lavar roupa, destinada à lavagem da rouparia das unidades de saúde do município de Capanema/Pr, conforme condições e especificações contidas no edital e seus anexos.

Constam no processo administrativo:

- I) Portarias n°s. 7.531/2019 e 7.654/2020 fls. 01/02;
- II) Solicitação da contratação fl. 03;
- III) Termo de Referência fls. 04/06;
- IV) Orçamento e pesquisa de preços fls. 07/12;
- V) Despacho de encaminhamento da Prefeita Municipal fl. 13;
- VI) Parecer do Departamento de Contabilidade fl. 14;
- VII) Minuta do edital fls. 15/37;

VIII) Anexos 02 a 04 - fls. 38/40; e, Anexo 05 (minuta da ARP) - fls. 41/48; e, Anexo 06 - (minuta contratual) - fls. 49/56.

Em seguida, a Procuradoria Municipal emitiu Parecer Jurídico nº 05/2021, manifestando-se favorável a publicação do edital e anexos relacionados acima.

O Prefeito autorizou a licitação no dia 12/01/2021, bem como o Aviso de Licitação foi veiculado no Diário Oficial do Município (Edição 647). Por fim, a Licitação foi cadastrada no mural do TCE/PR.

Página 1 de 5



060111

No dia 26/01/2021, 08:32 horas, aberta a Sessão Pública constatou-se a inexistência de propostas em conformidade com a descrição do item pretendido, conforme consta da Ata de Realização do Pregão Eletrônico (fls. 97/98). Em seguida, o PA foi encaminhado a PGM, análise de sua regularidade. É o relatório.

2. PARECER:

Convém destacar, inicialmente, que compete a esta Procuradoria, nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/93, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico dos documentos apresentados, não cabendo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos produtos entendidos como necessários.

No entanto, oportuno destacar que a presente manifestação jurídica tem o escopo de apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar alguma providência para salvaguardar a Administração e o erário público. Assim, parte das observações aqui expendidas se constitui em recomendações e, caso a Administração opte por não acatá-las, recomenda-se motivar o ato, nos termos do art. 50, da Lei nº 9.784/99. O cumprimento ou não das recomendações decorre do exercício da competência discricionária da autoridade administrativa, a qual responde isoladamente no caso de descumprimento das recomendações deste parecer ou pela ausência de fundamentação dos atos administrativos.

Contudo, as questões que envolvem a legalidade, isto é, os requisitos previstos no ordenamento jurídico são de observância obrigatória, os quais, para não serem aplicados, deve haver motivação e justificativa plausível para tanto.

Nesse rumo, forçoso reconhecer que a análise dos aspectos técnicos dos objetos da contratação pretendida pela Administração não constitui tarefa afeta a este órgão jurídico, o que somente de forma excepcional poderemos adentrar, em razão da omissão grosseira do setor competente na descrição dos objetos ou na justificativa da contratação.

Ante as questões acima suscitadas, passaremos à análise dos aspectos relacionados à legalidade do feito.

Pághaa 2 de 5



000112

2.1. Da não apresentação de propostas válidas pelas empresas interessadas / Licitação Fracassada:

Consoante relatório acima, no dia 26/01/2021, às 08:32 horas, aberta a Sessão Pública, constatou-se a apresentação de propostas pela empresa De Souza Eletromoveis Eireli, entretanto a proposta foi desclassificada por estar em desacordo com a descrição e especificação do item pretendido, restando fracassada a presente licitação, conforme atesta a Ata da Sessão Pública e Diligência de fls. 97/98.

Analisando a matéria e empreendendo interpretação sistêmica, é de se concluir que a dispensa preceituada no art. 24, V da Lei 8.666/1993 aplica-se diante das seguintes situações: a) ninguém se interessou em participar da licitação; b) todos os interessados foram inabilitados; ou, c) todas as propostas ofertadas por licitantes habilitados foram desclassificadas, porque incompatíveis com o edital ou inexequíveis.

Melhor explicando, na licitação deserta não há licitantes, ninguém oferece à Administração envelopes com os documentos de habilitação e com proposta. Já, na licitação fracassada, há licitantes, que, nada obstante, são, todos eles, inabilitados ou desclassificados.

Em ambas as situações, o resultado para a Administração é o mesmo, isto é, ela não consegue obter da licitação o objetivo visado, qual seja o de selecionar aquele com quem irá celebrar contrato administrativo. Daí que, em obséquio à identidade das consequências, defende-se que o inciso I, do artigo 24, da Lei nº 8.666/1993 aplica-se tanto em relação às licitações desertas, quanto no tocante às fracassadas.

Esse é o entendimento esposado por Hely Lopes Meirelles¹:

Caracteriza-se o desinteresse quanto nenhum licitante acode à licitação, ou todos são inabilitados, ou nenhuma proposta é classificada, muito embora, neste último caso, a Administração possa convidar os proponentes para reformular suas ofertas (art. 48, § 3°). (destaquei)

Página 3 de 5

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 1999. Pág. 100.



Município de Capanema - PR Procuradoria-Geral

Sidney Bittencourt² compartilha a mesma conclusão:

"...Entendemos que tal enquadramento também abrange hipóteses de "licitação fracassada", ou seja, na hipótese de os possíveis interessados não conseguirem ultrapassar as fases da licitação..." (destaquei)

Também Jorge Ulisses Jacoby Fernandes³ segue tal orientação, salientando que um dos requisitos para a aplicação do inciso I do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993 reside na ausência de interessados, isto é, de acordo com as próprias palavras do autor:

"...a licitação procedida pela unidade não tenha gerado adjudicação, em razão de: a) não terem comparecido licitantes interessados, hipótese denominada de licitação deserta; b) ter comparecido licitantes sem a habilitação necessária; c) ter comparecido licitante habilitável, mas que não apresentou proposta válida. Essas duas últimas hipóteses também se denominam licitação fracassada. Há equivalência entre as três situações, porque não se pode acolher como "interessado" aquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar, ou formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93. Não raro, pululam aventureiros inidôneos, não sendo o caso de coibir a aplicação desse dispositivo, em detrimento do interesse público, em razão de tais comportamentos..."

Assim, em se declarando FRACASSADA a licitação em comento por ausência de propostas válidas de empresas licitantes, fica autorizada a administração pública a realizar a contratação através de dispensa de licitação, tendo em vista que a repetição pode gerar ônus para o Município de Capanema/Pr.

Por fim, importante destacar que o Parecer Jurídico nº 05/2021, onde a Procuradoria já se manifestara sobre as possibilidades jurídicas deste procedimento licitatório, assim como consta a respectiva dotação orçamentária.

Por todo o exposto, este órgão jurídico não vislumbra qualquer ilegalidade capaz de macular a sessão pública referente ao Pregão nº 110/2020, sendo a licitação declarada FRACASSADA, bem como **manifesta-se** pela regularidade do procedimento em questão, devendo a Administração Pública analisar a

² BITTENCOURT, Sidney. Licitação passo a passo. 2. ed. Editora Lumeni Juri. Pág. 109.

³ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Contratação Direta sem Licitação. 5. dd Brasília: Brasília Jurídica. 2000. Pág. 337.

Município de Capanema - PR Procuradoria-Geral

conveniência de contratação através da dispensa de licitação ou repetir o procedimento licitatório.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria não vislumbra qualquer ilegalidade capaz de macular a sessão pública referente ao Pregão nº 110/2020, sendo a licitação declarada FRACASSADA, bem como manifesta-se pela regularidade do procedimento em questão, devendo a Administração Pública analisar a conveniência de contratação através de dispensa de licitação ou repetir o procedimento licitatório.

É o parecer.

Capanema, 29 de abril de 2021.

Romanti Ezer Barbosa Procurador Municipal

OAB/PR 56.675

Romanti Ezer Barbosa Procurador Jurídico de Capanema - PR Dec. nº 6001/2015 OAB/PR 56.675